

16 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Denúncia contra Temer se baseia em casos em apuração

## Inquéritos abertos a partir de acusações da Odebrecht não foram finalizados

**No caso da delação de Funaro, citada na peça de Janot, ainda não houve nem pedido de abertura de inquérito**

BELA MEGALE  
CAMILA MATTOSO  
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se baseou em ao menos 15 fatos ainda em investigação para afirmar que o presidente Michel Temer e seis integrantes do PMDB cometeram o crime de participação em organização criminosa.

A denúncia, apresentada quinta (14), afirma que o grupo atua desde 2006 causando prejuízos aos cofres públicos. Na mesma peça, Temer foi acusado de obstrução de Justiça ao lado de Joesley Batista e Ricardo Saud, ambos da JBS.

Segundo Janot, o grupo do PMDB da Câmara arrecadou R\$ 587,1 milhões ao longo de 11 anos.

Os relatos de executivos e ex-executivos da Odebrecht e as mais recentes revelações do operador Lúcio Funaro e do empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, são as delações mais usadas por Janot.

Nenhum dos 76 inquéritos abertos no STF (Supremo Tribunal Federal) devido à colaboração dos executivos e ex-executivos da empreiteira teve a investigação finalizada.

No caso de Funaro, ainda não houve nem pedido de abertura de inquéritos. Sua delação foi homologada no

início deste mês, mas está em sigilo no STF, nas mãos do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato.

De acordo com a lei, a delação serve como um meio de obtenção de prova e não como prova em si. Os delatores são requisitados a ajudar com o envio de documentos que possam corroborar os fatos narrados, e a polícia e procuradores tomam medidas para avançarem na apuração.

Nos casos da Odebrecht, a Polícia Federal já apontou problemas que devem impedir que vários casos sejam comprovados, por fragilidade nos depoimentos, entre outros fatores.

Sobre a arrecadação de propina do grupo com a utilização da Petrobras, Janot cita um episódio ocorrido em 2010 e narrado por executivos do grupo Odebrecht. Segundo a delação, o valor pago ao PMDB foi de R\$ 40 milhões em troca da aprovação de um projeto de segurança ambiental da empresa.

Os colaboradores afirmam que Temer participou de uma reunião, sentando-se “à cabeceira da mesa”, “assentindo” e “dando à bênção” para os termos do acordo que estava sendo combinado.

Na delação, a construtora chegou a entregar extratos bancários, mas como as transferências não estão em nomes dos políticos, ainda é necessário um trabalho de levantamento de dados, principalmente no exterior, já que

a propina foi para fora.

Também há casos que, apesar de estarem concluídos, a PF afirmou ser impossível de se comprovar os crimes narrados por delatores, como o da usina de Furnas.

“Nenhum dado colaborativo adicional foi apresentado pelos delatores, e as informações que apresentaram, notadamente por versarem sobre fatos muito antigos, superiores a 14 anos, também não permitiram que outros meios de prova fossem alcançados, apesar do empenho”, escreveu o delegado Alex de Rezende no relatório final.

A denúncia também traz fatos contatos pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado sobre obstrução de Justiça.

A Procuradoria se manifestou na semana passada pedindo o arquivamento da investigação baseadas nas gravações feitas pelo delator envolvendo senadores do PMDB.

Segundo Janot, elas traziam um plano de atrapalhar a Lava Jato, mas não se concretizaram porque foram descobertas pela imprensa.

O ato, de conspiração, no entendimento do procurador-geral, não é penalmente punível. Apesar disso, ele alega ser esse um fato que mostra como o grupo do PMDB agia de forma criminosa.

**CONTINUA**

16 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## CONTINUAÇÃO

Mesmo em casos que já tiveram investigações concluídas, como o da mala de R\$ 500 mil entregue ao assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, ainda não houve uma decisão da Justiça sobre a existência do crime, não havendo condenação até o momento.

A maior parte dos episódios concluídos citados por Janot na denúncia estão ligados à Petrobras, com decisões do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná. Entre elas está a condenação do ex-deputado Eduardo Cunha a 15 anos de prisão, envolvendo a estatal.

### DENÚNCIA EM ABERTO

Fatos apresentados pela PGR ainda em investigação ou que não começaram a ser apurados

**1 Propina do PAC SMS**  
Cerca de R\$ 60 milhões em propina para o PMDB acertados em reunião com Temer em troca de contratos para a Odebrecht de um projeto de segurança ambiental no exterior  
**STATUS:** investigação com a Polícia Federal no STF

**2 Jantar de R\$ 10 milhões no Palácio do Jaburu**  
Temer e executivos da Odebrecht jantaram em 2014 para acertar R\$ 10 milhões de caixa 2 para campanhas do PMDB  
**STATUS:** investigação com a Polícia Federal no STF

**3 Concessão de aeroportos**  
Garantia à Odebrecht da concessão do aeroporto do Galeão em troca de pagamento de propina a políticos do PMDB como Moreira Franco  
**STATUS:** em andamento no STF

**4 Operação Cui Bono**  
Desdobramento da Operação Catilínarias, investiga suposto esquema de fraude na liberação de créditos na Caixa Econômica Federal  
**STATUS:** investigação com a Polícia Federal e na 10ª vara do Distrito Federal

**5 Compras de medidas provisórias**  
Compras de intervenções em leis por meio de políticos do PMDB, como edição da MP dos Portos e de medida sobre taxaço de lucros de empresas  
**STATUS:** em andamento no STF

**6 Pagamento de caixa 2 para campanha de Gabriel Chalita**  
Funaro disse que Temer avalizou caixa 2 para campanha de Chalita em SP em 2012 em troca de créditos da Caixa  
**STATUS:** ainda não há abertura de investigação

### DENUNCIADOS

Michel Temer, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha, Henrique Alves e Rodrigo Rocha Loures

16 SET 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Nova denúncia

**Acusações de Janot a Temer amparam-se em fatos graves, mas identificar organização criminosa é tarefa complexa do ponto de vista jurídico**

Apresentada nesta quinta-feira (14) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a nova denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB) e seus aliados apresenta, em 245 páginas, amplos, variados e muitas vezes sólidos indícios de conduta criminosa.

As acusações não se fundamentam apenas em declarações de delatores —embora, sem dúvida, os acordos celebrados com executivos da Odebrecht e de outras empresas tenham se mostrado indispensáveis para as investigações.

Evidências concretas, como planilhas e gravações telefônicas, além de registros de contas no exterior e sinais de fraude em licitações, indicam que uma rede milionária de ilícitos se constituiu em torno do Poder Executivo.

Tudo isso, entretanto, é bem conhecido —e vem sendo objeto de diversas apurações que já correm, envolvendo personagens como Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, os ex-ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Alves e nomes da confiança de Temer como Rodrigo Rocha Loures, Eliseu Padilha e Moreira Franco.

A denúncia recém-apresentada por Janot rememora outras acusações, provas e sentenças. Isso se dá porque o objetivo da Procuradoria é acusar os envolvidos de dois novos delitos: integrar organiza-

ção criminosa e obstruir a Justiça.

É difícil crer, sob um ângulo político, que a Câmara, tendo rejeitado uma denúncia anterior, e muito mais grave, contra o presidente da República, venha a convencer-se dos argumentos —bastante discutíveis do ponto de vista técnico— agora sistematizados por Janot.

No primeiro caso, tinha-se uma conversa entre Temer e o empresário Joesley Batista, da JBS, da qual emergiu a indicação do ex-deputado Rocha Loures como intermediário de confiança para contatos ulteriores. Poucos dias depois, Loures foi flagrado com uma mala de dinheiro entregue pela JBS.

Embora se mostre precipitado considerar que o chefe do Executivo fosse o destinatário final da propina, havia elementos plausíveis para levar adiante a denúncia.

O crime de organização criminosa é, contudo, mais complexo de ser identificado do ponto de vista jurídico; no caso do mensalão, por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal considerou que acusação do gênero (então denominada formação de quadrilha) não se aplicava ao petista José Dirceu e figuras a ele associadas.

Quanto à obstrução da Justiça, uma frase isolada do presidente —“tem de manter”— foi interpretada como sinal de que se tentava comprar o silêncio de Cunha.

Parece duvidoso que a atual composição do STF viesse a dar seguimento à iniciativa de Rodrigo Janot; muito menos a Câmara dos Deputados, numa denúncia mais contestável do que a rejeitada não faz muito tempo.

16 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Renato Machado



16 SET 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Janot ganha arco e flecha no último dia útil no cargo

REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

Em seu último dia útil à frente da PGR (Procuradoria-Geral da República), o procurador-geral, Rodrigo Janot, ganhou um arco e flecha da etnia Xokó, de Sergipe, durante evento com servidores e procuradores do órgão, na tarde desta sexta-feira (15).

O presente, entregue no dia em que Janot completou 60 anos, é uma referência à frase “enquanto houver bambu, lá vai flecha”, dita por ele em uma palestra em São Paulo. A declaração foi criticada pela defesa do presidente Michel Temer, alvo de uma segunda denúncia de Janot ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quinta-feira (14), sob acusação de chefiar organização criminosa e obstruir a Justiça.

Segundo relatos de pessoas que participaram do evento, Janot ficou emocionado e com a voz embargada em seu último evento como procurador-geral. Ele apresentou um balanço de sua gestão.

“Juntos vivemos e escrevemos um capítulo muito especial na história do país e do Ministério Público. A esperança ainda triunfa nesta casa. Valeu a pena para mim cada minuto de labuta e até de sofrimento”, disse.

Janot, o vice-procurador-geral da República, Nicolao Dino, e o secretário-geral do Ministério Público da União, Blal Dalloul, foram aplaudidos de pé por cerca de 400 pessoas, segundo informou a assessoria da PGR. O evento foi fechado para a imprensa.

Janot recebeu homenagens

de membros do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e das unidades do Ministério Público Federal nos Estados.

Janot enfrentou na reta final o momento mais tenso de seu mandato, que culminou na rescisão do acordo de delação de Joesley Batista, dono da JBS.

Desde que o acordo foi assinado, em maio, a PGR enfrentava críticas por causa da imunidade concedida aos delatores, mas Janot repetia que faria tudo de novo.



No dia de sua despedida do cargo e de seu aniversário, o procurador-geral, Rodrigo Janot, ganha de presente um arco e flecha

## Relação de aparições

Rodrigo Janot teve uma vitória diante das câmeras, na quarta-feira (13), quando o Supremo rejeitou, por unanimidade, o pedido de Michel Temer para declará-lo suspeito. No mesmo dia, porém, recebeu um recado duríssimo. Presidente do STF, Cármen Lúcia chamou o subprocurador-geral, Nicolao Dino, para uma conversa reservada. Disse a ele que o tribunal considerava a atuação de Janot desastrosa, avisou que o desconforto era grande e que a corte havia cansado de sobressaltos.

**A origem** A Dino, Cármen Lúcia explicitou que havia forte rejeição no Supremo à forma como Janot apresentou ao país o áudio que implodiu a delação de Joesley Batista. Ela se referia ao fato de o procurador-geral ter dito que o diálogo insinuava o envolvimento de um membro da corte em ilicitudes.

**Sem baixaria** No dia anterior, terça (12), a presidente do STF esteve com Raquel Dodge, sucessora de Janot no comando da PGR. Disse a ela que era preciso recolocar a atuação das instituições em um “patamar republicano”.

**Por todos** A ausência de Gilmar Mendes na sessão em que a suspeição de Janot foi discutida está vinculada a esses movimentos. Cármen Lúcia pediu a ele que não comparecesse. Queria evitar mais um episódio de forte embate.

**Concessão** Aos colegas que estavam irritados com o procurador-geral, a presidente garantiu que a questão de ordem que pode inutilizar provas da delação da J&F não seria votada naquele dia.

**Faltou flecha** Janot concluiu seu mandato sem encaminhar o caso de Geraldo Alckmin (PSDB-SP), citado em delações da Odebrecht, ao STJ. Ele foi o único governador alvejado pela colaboração cujo caso não foi encaminhado à corte.

## MÔNICA BERGAMO

### ARQUIVO PESSOAL

O ex-procurador Marcello Miller está sendo questionado, na Justiça, por sua atuação em outro caso rumoroso: a assinatura, em 2016, de um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público Federal, que ele representava, e a Embraer. Um ex-diretor da empresa o acusa de atuação indevida no processo.

### EM GRUPO

A ação, que corre no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, diz que o próprio Miller pediu para atuar no caso, e foi atendido pela PGR (Procuradoria-Geral da República). Ele deveria, no entanto, agir sempre em conjunto com o promotor natural do processo —mas Miller teria se atribuído superpoderes e tomado iniciativas solitárias.

### DO OUTRO LADO

Os advogados dizem ainda que, “logo após firmar acordo de leniência com a Embraer”, Miller deixou o MPF e passou a integrar “a sociedade de advogados que representou a empresa [Embraer] no referido acordo”, o Trench Rossi Watanabe. No novo escritório, ele atuou também no caso da J&F, pelo qual agora é investigado.

### TUDO CERTO

Miller afirma que, embora possa ter assinado documentos sozinho, ele sempre atuava com os outros procuradores do caso, que tomavam conhecimento de qualquer iniciativa.

### EM OUTRA

O procurador-geral Rodrigo Janot disse a interlocutores nesta semana que já não via a hora de deixar o comando da PGR (Procuradoria-Geral da República). Ele já não estaria aguentando mais tanta pressão e confusão.

### DEIXA QUIETO

E há uma previsão de que políticos que foram alvo de Janot mas acabaram tendo denúncias arquivadas comecem agora a mover processos judiciais contra ele. Advogados têm desaconselhado os clientes. Argumentam que isso só aumentaria a animosidade do Ministério Público Federal em relação a eles.

16 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

## Passado e futuro

O segundo confronto entre Lula e Moro, na quarta (13), deixou um saldo ruim para o lulismo. Sustentado pelo depoimento de Antonio Palocci, que fez pacto de sangue com a Lava Jato, o juiz conseguiu colocar o ex-presidente em situação tão desfavorável que havia pouca chance de equilíbrio.

Independentemente dos meandros jurídicos —nos quais voltaram a se contrapor delações acusatórias contundentes à falta de provas materiais de ilícitos—, o líder popular e o ícone do Partido da Justiça (PJ) sabiam estar num palco, falando para milhões de espectadores que nada entendem de leis ou jurisprudência. Moro teve a sabedoria de não parecer arrogante, apesar da nítida vantagem obtida com Palocci no seu time, enquanto Lula exagerou na agressividade, o que denota acuamento e desagrada ao público não militante.

Mas os pequenos efeitos imagéticos do episódio serão em breve esquecidos. O verdadeiro serviço prestado pelo ex-ministro ao PJ —hoje engajado em combater o PT e o PMDB, beneficiando, assim, o PSDB— foi o de legitimar a condenação de Lula na segunda instância, impedindo-o de ser candidato ano que vem. Palocci trocou a fama de traidor, que ninguém respeita, pela chance de liberdade futura.

Dai que o melhor momento do petista no interrogatório foi ao dizer que tem pena, e não raiva, de ter-se desperdiçado o brilhante quadro que Palocci um dia foi. Mesmo os que discordam das opções programáticas que ele adotou, como é o meu caso, reconhecem o talento do médico convertido em chefe da Fazenda.

Ao observar as qualidades do ex-trotskista de Ribeirão Preto, Lula se recolocou no plano da construção nacional, terreno que Moro não conhece. O ex-presidente sabe que um país precisa de bons políticos, tanto conservadores quanto progressistas, e que Palocci foi um raro exemplo do primeiro tipo —sendo verdade, no entanto, que graves acusações de corrupção já tivessem embaçado a sua voz pública, outrora ouvida.

A provável ausência de Lula na urna eletrônica em 2018 deverá desalinhar o pleito, tornando o pleito o começo de novo ciclo. Nele, terá que se operar a reconstrução das opções populares. O modo pelo qual Lula moldará a própria herança vai influir no processo, lembrando que, mesmo condenado, contará ainda com bastante tempo de vida política ativa. E Palocci não fará parte dela.

Diz a maior parte dos analistas que a segunda denúncia contra Temer, apresentada quinta-feira por Rodrigo Janot, deverá ser bloqueada na Câmara, como a primeira. Prefiro aguardar. Seja como for, haverá tempo para comentá-la adiante.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## A vingança de Lombroso

16 SET 2017

**SÃO PAULO** - Cesare Lombroso (1835-1909) ganhou lugar de destaque no hall da vergonha mundial ao sustentar que bandidos poderiam ser identificados por traços físicos. Seu criminoso atávico tinha a testa inclinada, braços compridos, orelhas grandes e a face assimétrica.

Tal descrição era uma bobagem, não passando de preconceitos travestidos de ciência. Mas a intuição fundamental do criminologista italiano, a ideia de que pode haver correlação entre características físicas e padrões de comportamento, não só procede como vem ganhando uma concretude, digamos, lombrosiana.

Pesquisadores de Stanford causaram sensação ao mostrar que um programa baseado em inteligência artificial consegue identificar com bons índices de acerto a orientação sexual de uma pessoa a partir apenas de uma foto do rosto. Comparando pares de fotografias de homens, uma de um homossexual e outra de um heterossexual, a máquina apontou corretamente o gay 81% das vezes. Quando a identificação é feita por seres humanos, a taxa de sucesso também é alta, mas menor: 61%.

Embora pareça mágica, a explicação é mais mundana. O nível de exposição do embrião a hormônios durante a gestação afeta várias medidas anatômicas e também a orientação sexual. Marcas sutis dessa exposição ficam registradas em alguns aspectos do rosto e de outras regiões. É famosa a relação entre o tamanho do dedo indicador e o do anular, a 2D4D ratio. Ela não apenas traz pistas sobre a sexualidade como também sobre doenças que a pessoa tem predisposição para sofrer.

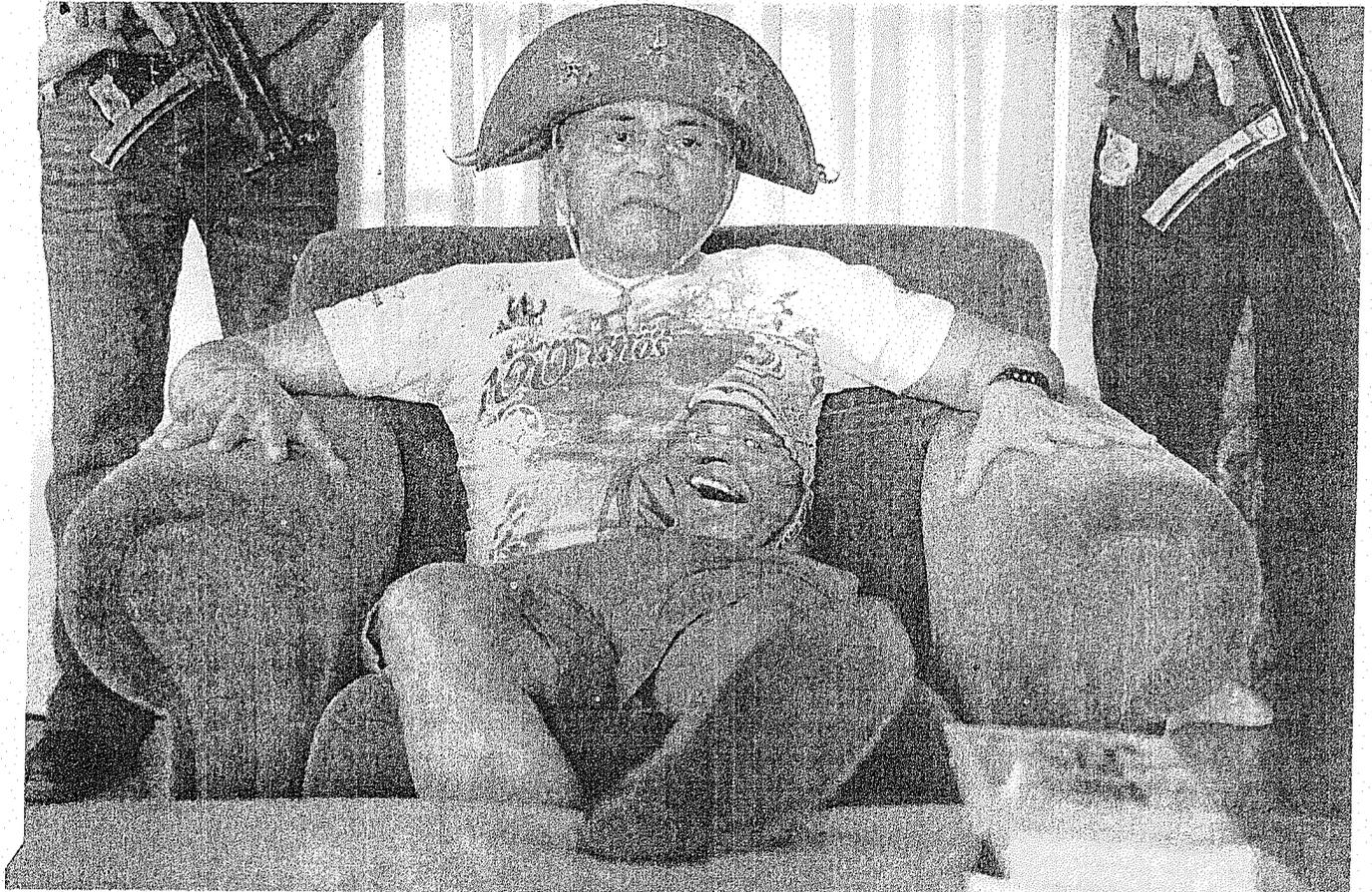
Michal Kosinski, autor principal do trabalho, diz que, além das preferências na cama, rostos podem revelar outras características como a inteligência e inclinações políticas.

Há partes do corpo difíceis de esconder. A menos que passemos todos a vestir burcas, pode-se prognosticar uma paulatina e significativa redução da esfera da privacidade.

17 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO  
**'Réu de si mesmo',  
juiz odiado por  
PCC quer estreitar  
carreira política**

Responsável por prender o traficante Fernandinho Beira-Bar  
planeja aposentadoria



O juiz federal Odilon de Oliveira em sua casa, numa cena do documentário inédito 'Odilon, Réu de Si Mesmo'

**CONTINUA**

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER  
DE SÃO PAULO

O juiz Odilon de Oliveira, 68, morreu e não sabia. Aconteceu em 2006, quando uma entidade internacional quis homenagear personalidades assassinados em nome de uma causa. A missionária norte-americana Dorothy Stang. O jornalista Tim Lopes. Ele.

Há anos, o responsável pela prisão de barões do tráfico, como Fernandinho Beira-Mar, está com a cabeça a prêmio — recompensas que chegam a R\$ 2,5 milhões, “cortesia” de organizações criminosas como PCC e Comando Vermelho.

Por confusão, Oliveira ganhou um tributo póstumo antes da hora. Ele ainda guarda a placa com moldura dourada dedicada à “memória do juiz federal”. Fez questão de buscá-la pessoalmente, em cerimônia no Espírito Santo, para espanto do público.

O magistrado está vivo. Ainda. É o próprio quem teme por sua proteção. Oliveira planeja entrar neste mês com pedido de aposentadoria. “Não fiz ainda porque o Conselho Nacional de Justiça não decidiu se vou ter segurança depois que me aposentar.”

Assim que pendurar a toga, Oliveira perderá direito à escolta da Polícia Federal que o acompanha há 19 anos — de oito a dez homens que se revezam para salvaguardá-lo aonde quer que ele vá.

O plano, contudo, não é parar de trabalhar, mas trocar corte por palanque. Odilon de Oliveira quer virar político.

Pernambucano radicado em Mato Grosso do Sul, onde atua como juiz há mais de três décadas, ele se diz “amigo de todos os governadores [do Estado], do prefeito, relacionado com todo mundo”. Em pesquisas locais de intenção de voto, aparece entre os primeiros lugares para Senado e governo, em disputa embolada com oponentes da região.

Oliveira vem conversando com partidos, “e o apontamento que eles me têm feito é para o Executivo estadual”, afirma à **Folha** por telefone. Uma das conversas foi com o ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à Presidência.

Diz que seu perfil “é de centro”, mas evita esmiuçar preferências partidárias por ora, por ainda estar no Judiciário.

Preza a lei que, para concorrer no próximo pleito, magistrados devem pedir exoneração do cargo até abril, seis meses antes da eleição.

### ADEUS, BRASIL

Caso neguem, adeus, Brasil. “Vou-me embora. Já cogitei Romênia porque tenho um genro lá. Não tenho condições de morar aqui sem proteção”, diz o pai de três filhos, todos com diploma em direito.

O magistrado coleciona ameaças de morte. A primeira veio há 30 anos, quando alguém ligou para sua mulher, conta. “Pediram pra Maria Divino escolher a cor do caixão: roxo, branco, preto...”

Por WhatsApp, Oliveira envia um depoimento prestado em 2010 à Polícia Federal, de alguém convidado a assassiná-lo. Segundo o depoente, “o PCC arrumaria o dinheiro [R\$ 2 milhões]”. O mandante do crime queria contratar um menor de idade com este argumento: “Se no Iraque colocavam crianças para explodir, por que não colocar um adolescente para matar o juiz?”.

Estratégia ventilada: “Arrombar a residência de um policial civil [aposentado], a fim de pegar farda, colete e distintivo”, um disfarce para executar o atentado contra o juiz.

Alguns desses planos saíram do papel. Oliveira escapou de tiros e mais de uma vez dormiu num colchonete no fórum onde trabalha — uma vara de lavagem de dinheiro, assim como a do paranaense Sergio Moro, com quem já fez alguns “cursos de reciclagem”, diz.

A rotina enclausurada é tema do documentário “Odilon, Réu de Si Mesmo”, de Leandro Lima. O diretor conta que no começo estranhou “ir ao mercado de metralhadora, ser revistado para entrar na casa” de seu entrevistado. A produtora Your Mama tenta captar recursos para finalizar a obra, filmada em agosto.

O filme registra hábitos que Oliveira preserva, como fazer musculação cedinho e bebericar “um uisquinho” vez ou outra. De resto, diz o juiz, “abri mão de tudo. Vida social? Esse tempo todinho, não tenho. A gente [ele e Maria Divino] fazia dança de salão. Fazia.”

### ADEUS, IGREJA

A vigilância 24 horas por dia, sete dias por semana também desvirtuou a vida de católico praticante. “Não sou mais. O problema da segurança atrapalha muito. A igreja é a oficina da alma, não de violência. Entrar com pessoal armado e tal... Isso me constrange.”

Outra fonte de embaraço: o boato de que o juiz tinha uma amante. Em 2015, ao site sulmatogrossense “Capital News”, atribuiu-o à “criminalidade organizada” que “queria de toda maneira me prejudicar e tentava me atacar moralmente”. A versão de Oliveira: um grupo criou a farsa de uma mulher que cruzaria a fronteira, iria até uma TV com olho roxo e diria que recebeu um murro do concubino.

Lima retoma o caso em seu documentário. “Oliveira ironiza. Fala que é um cara superficial: está com a mesma mulher, faz a mesma academia e vai a mesma manicure há anos.”

Antes do documentário, veio a ficção “Em Nome da Lei” (2016). Trata-se da história do “responsável pela condenação de 200 traficantes e pelo confisco de mais de R\$ 2 bilhões em dinheiro sujo”, diz a sinopse da produção da Globo Filmes. Assim Mateus Solano descreve seu protagonista, inspirado no juiz: “É um cara que queria prender os bandidos e acabou ele mesmo preso”.

17 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Relatos de Palocci sobre Lula oferecem versões divergentes

Ex-ministro indicou datas e valores diferentes ao falar de reunião com Odebrecht

**Advogado afirma que petista apresentará provas de acusações feitas à Justiça se fechar acordo de delação**

**RICARDO BALTHAZAR**  
DE SÃO PAULO

O ex-ministro Antonio Palocci apresentou à Justiça versões divergentes sobre o encontro em que, segundo ele, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva selou um acordo com o grupo Odebrecht para obter favores pessoais e sustentar suas atividades políticas após deixar o poder.

Os relatos de Palocci sobre o acordo — que ele descreveu como um “pacto de sangue” entre Lula e o grupo empresarial — também contrariam narrativas apresentadas pelo empresário Emílio Odebrecht e seu filho Marcelo, que fecharam acordo de delação premiada com os procuradores da Operação Lava Jato.

As divergências lançam dúvidas sobre o conteúdo da conversa que o patriarca do grupo Odebrecht teve com o ex-presidente, os valores que eles teriam discutido e até mesmo a data exata em que o encontro pode ter ocorrido.

Palocci virou testemunha chave de um dos processos que Lula enfrenta na Justiça

Federal do Paraná há duas semanas, quando acusou o ex-presidente de receber propina da Odebrecht e ser tolerante com a corrupção na Petrobras. Preso em Curitiba há um ano, o ex-ministro petista negocia um acordo de delação premiada desde abril.

Na semana passada, em audiência com o juiz Sergio Moro, Lula chamou Palocci de mentiroso, e os advogados do ex-presidente indicaram que se preparam para explorar contradições encontradas nos depoimentos do ex-aliado.

O episódio no centro do testemunho de Palocci foi narrado antes por Marcelo, num dos primeiros depoimentos que ele prestou após decidir colaborar com as autoridades.

O empresário disse que, no início da campanha eleitoral de 2010, pediu a seu pai que fosse até Lula para informá-lo sobre os recursos disponíveis na Odebrecht para apoiar a candidata do PT à sua sucessão, Dilma Rousseff, e outras campanhas do partido.

Segundo Marcelo, o grupo havia destinado R\$ 100 milhões aos petistas desde as eleições de 2008 e tinha mais R\$ 100 milhões para o partido em 2010. Sua preocupação, explicou, era evitar que o PT exigisse mais dinheiro.

Emílio Odebrecht entendeu que se tratava de R\$ 300 milhões e confirmou que se

reuniu com Lula para atender ao pedido do filho, mas afirmou várias vezes que nunca falou de valores com o ex-presidente. “Eu não levava números para ele”, insistiu num depoimento em junho.

Palocci não participou do encontro, mas diz ter sido informado da conversa pelo próprio Lula no dia seguinte, quando o então presidente o teria procurado para pedir que cuidasse dos recursos acertados com a Odebrecht.

Na primeira vez em que falou sobre isso à Justiça, em abril deste ano, Palocci disse que Lula mencionara a cifra de R\$ 200 milhões. Ao depor pela segunda vez há duas semanas, o ex-ministro afirmou ter ouvido R\$ 300 milhões.

Palocci também deu informações diferentes ao situar o encontro no tempo. Primeiro disse que ele ocorreu antes da eleição de 2010, realizada em outubro. Depois afirmou que ele aconteceu em dezembro.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 SET 2017

## SEGUNDA REUNIÃO

No depoimento prestado em abril, Palocci disse não saber quem havia tratado do assunto com Lula. E na audiência de duas semanas atrás acrescentou ao seu relato uma segunda reunião, ocorrida dois dias antes da posse de Dilma, com ela presente.

Marcelo disse acreditar que seu pai tratou de dinheiro com Lula porque Palocci o procurou depois para discutir valores que ele teria mencionado. Mas há duas semanas afirmou que só Emílio pode esclarecer o que houve. “A única pessoa que pode dizer que Lula sabia ou deixava de saber é meu pai”, declarou.

Para o advogado Tracy Reinaldet, que representa Palocci nas negociações do acordo de delação premiada, eventuais diferenças são “naturais”, porque, quando depôs pela primeira vez, o ex-ministro ainda não iniciara a discussão de sua colaboração.

“Ele estava mais defensivo antes, e hoje pode falar mais”, disse. “Eventuais divergências não devem ser interpretadas como sinal de que esteja mentindo, e mostram que não há combinação de versões com outros delatores.” O advogado afirmou que Palocci apresentará documentos para comprovar suas afirmações aos procuradores.

A Odebrecht entregou à Lava Jato agendas e documentos sobre 13 encontros de Emílio com Lula, ocorridos entre 2004 e 2010. Notas associadas a uma reunião de dezembro de 2010 se referem a favores prestados a Lula, mas nenhum dos papéis faz menção explícita a doações políticas. Os advogados de Lula consideram os documentos apócrifos e contestam sua validade.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 SET 2017

A VERSÃO DE CADA UM

Sobre o acordo que Lula teria selado com a Odebrecht antes de deixar o governo



Fotos Reproduzidas

Quem	MARCELO ODEBRECHT	EMÍLIO ODEBRECHT	ANTÔNIO PALOCCI	
Função	Ex-presidente do grupo Odebrecht	Presidente do conselho de administração do grupo Odebrecht	Ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil	
Situação	Preso desde 2015, virou delator	Delator, continua trabalhando no grupo	Preso desde 2016, negocia acordo de delação premiada	
O que contou	Pediu que o pai, Emílio, informasse Lula sobre contribuições feitas pela Odebrecht desde 2008 e recursos disponíveis para a campanha de 2010	Prometeu a Lula que continuaria contribuindo com o PT na campanha de 2010, mas pediu que o presidente agisse para conter os pedidos dos petistas	Ouviu de Lula que a Odebrecht lhe repassara a informação de que tinha separado R\$ 200 milhões para apoiar o PT, além dos recursos doados na campanha	Em 20.abr.2017
Quanto a Odebrecht ofereceu	R\$ 200 milhões	R\$ 300 milhões	R\$ 200 milhões	Em 6.set.2017
Quando	No início da campanha de 2010	Na campanha de 2010	Antes da eleição de 2010	Lula fez um "pacto de sangue" com a Odebrecht dias antes da posse de Dilma, garantindo R\$ 300 milhões para suas atividades políticas e o PT, além de favores pessoais
	“ A única pessoa que pode dizer que Lula sabia ou deixava de saber é meu pai	“ Eu não levei para o presidente Lula, não levei, porque eu não levava números para ele	“ Não sei que pessoa fez chegar ao presidente essa mensagem	“ Lula me fala: ‘Emílio veio. Confirmou os 300 milhões e falou que pode ser mais se for necessário’
	Em 4.set.2017	Em 14.jun.2017	Em 20.abr.2017	Em 6.set.2017

17 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Parte do acordo de delação da OAS é enviada para o Supremo

### Documentação concluída não inclui Léo Pinheiro e acionistas

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO  
DE BRASÍLIA

Acabou um pedaço da novela da delação da OAS, iniciada há dois anos. O acordo de delação de oito executivos da empresa foi enviado na noite de sexta (15) pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, ao gabinete do ministro Edson Fachin, do Supremo.

A delação da OAS relata pagamento de suborno e contribuições via caixa dois aos ex-presidentes Lula (PT) e Dilma (PT), aos senadores Aécio Neves e José Serra, ambos do PSDB, e a aliados próximos ao presidente Michel Temer (PMDB).

O acordo do principal delator da OAS, Léo Pinheiro, não faz parte desse pacote enviado ao Supremo. Também não foram enviados os documentos de dois acionistas que controlam o grupo, César Mata Pires Filho e Antonio Carlos Mata Pires, segundo a **Folha** apurou.

A informação foi revelada pelo jornal "O Globo" e confirmada pela **Folha**.

Os executivos cujos acordos serão analisados por Fachin cuidavam de pagamento de caixa dois, segundo a **Folha** apurou. São considerados personagens menores na trama de corrupção da OAS.

A delação da empresa é considerada comprometedor para o ex-presidente Lula. Pinheiro disse em depoimento ao juiz Sergio Moro, num gesto para que seu acordo de delação fosse aceito, que o triplex de Guarujá (SP) era para o ex-presidente e que os recursos gastos na obra (cerca de R\$ 2 milhões) saíram de um centro de custo que contabilizava propinas pagas em contratos com a Petrobras.

A declaração de Pinheiro supriu uma das principais lacunas da força-tarefa de Curitiba no caso do triplex: a ligação da obra no apartamento com os recursos desviados da Petrobras. Não havia essa prova na apuração.

Lula foi condenado a 9 anos e 6 meses de prisão no caso do triplex e recorre da decisão. A defesa do ex-presidente alega que Pinheiro fez a acusação contra Lula, de quem era amigo, para escapar da prisão.

#### TUCANOS

Há nas delações de Pinheiro e integrantes da cúpula da OAS uma série de acusações contra os tucanos. Pinheiro relata que Aécio formou um cartel para as obras da Cidade Administrativa, instalações do governo mineiro que ele construiu, conforme a **Folha** revelou.

Aécio nega que tenha rece-

bido propina da da OAS.

Os executivos contam que pagaram suborno a Serra e a outros tucanos quando ele era governador de São Paulo em obras do Rodoanel e do Metrô, o que Serra nega enfaticamente. Há também relatos de formação de cartel para obras do Metrô.

Fachin vai analisar a legalidade dos acordos, sobretudo a espontaneidade dos delatores, para decidir se irá homologá-los.

O acordo da OAS, que deve contar com a assinatura de 20 delatores, é mais enxuto do que o da Odebrecht (77 executivos) e não foi enviado ao Supremo em sua integralidade por falta de tempo da Procuradoria-Geral da República para analisar todos os documentos em razão da confusão em torno da JBS.

Pinheiro foi preso pela segunda vez em setembro do 2016 e já foi condenado em segunda instância a 26 anos de prisão por pagamento de propina em obras da Petrobras.

Na última quinta (14) Moro determinou que essa pena comece a ser cumprida, seguindo a decisão do Supremo de que os condenados devem ir para a prisão após a confirmação da sentença. A situação de Pinheiro não muda porque ele já está preso. Outro executivo, Agenor Medeiros, voltará à prisão.

# FOLHA DE S. PAULO

## LULA O QUE ELES DISSERAM

*Vou terminar fazendo uma pergunta para o senhor.  
Vou amanhã almoçar com oito netos e uma bisneta de seis meses. Eu posso olhar na cara dos meus filhos e dizer que fui prestar depoimento a um juiz imparcial?*

Ex-presidente (PT), durante depoimento ao juiz federal Sergio Moro, em Curitiba (PR), em ação na qual é acusado de receber vantagens ilícitas da construtora Odebrecht

### SERGIO MORO

*Primeiro, não cabe ao senhor fazer esse tipo de pergunta para mim, mas, de todo modo, sim*

Juiz federal, em resposta a Lula

### LULA

*Porque não foi o procedimento na outra ação [do triplex do Guarujá]*

Ex-presidente (PT), em réplica

### SERGIO MORO

*Talvez o senhor esteja muito rancoroso, mas é a oportunidade que o senhor tem de responder...*

Juiz federal

### LULA

*Eu não estou rancoroso. Eu fico preocupado, doutor Moro, quando as pessoas inventam uma história e tentam transformar inverdade em verdade*

Ex-presidente (PT)

### SERGIO MORO

*Eu lhe pediria que o senhor se referisse ao membro do Ministério Público pelo tratamento protocolar devido*

Juiz federal, ao ex-presidente Lula (PT), durante depoimento; o petista havia chamado duas vezes de "querida" a procuradora Isabel Cristina Groba Vieira

### JOESLEY BATISTA

*Fui mexer com os donos do poder e estou aqui agora*

Sócio do grupo JBS, em depoimento após ser preso

### WESLEY BATISTA

*Não sei que crime cometi. Começo a achar que o crime foi ter assinado um acordo de delação com a Procuradoria-Geral da República. Pergunto se o crime que cometi foi ter me tornado colaborador*

Sócio do grupo JBS, em depoimento após ser preso

# 17 SET 2017

### GILMAR MENDES

*Imagino seu drama pessoal. Ter sido ludibriado deve lhe impor constrangimento grande. (...) Eu, que fui da Procuradoria-Geral, em ver o estado de putrefação, de degradação dessa instituição, me constrange*

Ministro do STF, ao colega Edson Fachin

### EDSON FACHIN

*Agradeço a preocupação de Vossa Excelência, mas parece-me que julgar de acordo com a prova não deve constranger ninguém, muito menos um ministro da Suprema Corte. A minha alma está em paz*

Ministro do STF, em resposta a Mendes

### GILMAR MENDES

*Eu diria em relação ao procurador-geral uma frase de Bocage: 'Que saiba morrer quem viver não soube'*

Ministro do STF, citando o poeta Manuel du Bocage (1765-1805)

### RODRIGO JANOT

*Os mortos, deixai-os a seus próprios cuidados. A história há de contar o lado que cada um escolheu*

Procurador-geral, em resposta a Mendes

17 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO SP tem quase 2 professores agredidos ao dia no trabalho

Dados são de boletins de ocorrência registrados no 1º semestre deste ano

**Pelo menos um de cada 4 casos tem aluno como agressor; especialistas citam efeito de contexto social e crise com escola**

ANGELA PINHO  
DANIEL MARIANI  
DE SÃO PAULO

A cada dia, em média, quase dois professores são agredidos em seus locais de trabalho no Estado de São Paulo, mostram dados de registros policiais obtidos pela **Folha** por meio da Lei de Acesso à Informação.

O número leva em conta as 178 queixas de educadores em delegacias no primeiro semestre deste ano em datas do calendário escolar (dias úteis do período de fevereiro a junho).

Elas se referem a ocorrências de “vias de fato” (37%), com um empurrão sem maiores consequências, e ao crime de lesão corporal (63%). Aconteceram em creches, escolas e universidades, tanto públicas como particulares.

Há educadores atingidos com lixeiras, carteiras escolares, socos, chutes e pontapés. Em ao menos um de cada quatro casos, um aluno foi apontado entre os agressores — a maioria dos registros não identifica os responsáveis.

O número real de ocorrências é provavelmente ainda maior, pois, em um terço dos casos, a profissão da vítima não é identificada no boletim. Sabe-se ainda que, em estatísticas de violência, é comum haver subnotificação, pois parte das pessoas não chega a procurar a polícia.

A violência contra professores ganhou repercussão nacional nas últimas semanas com a imagem de Márcia Friggi, de Indaial (SC), fotografada com sangue no rosto após levar um soco de um aluno. A cena chamou a atenção para casos que se repetem todos os dias em todos os Estados.

Em 2015, 23 mil professores do país relataram ter sido ameaçados por algum estudante da escola, segundo questionários da Prova Brasil, exame aplicado pelo Ministério da Educação.

Para especialistas, dois fatores se combinam para explicar as agressões. De um lado, está a violência que existe na própria sociedade. “Os conflitos transpassam o muro da escola e continuam ali”, afirma Renato Alves, pesquisador do NEV (Núcleo de Estudos da Violência) da USP.

“Crianças que vivem em ambientes violentos tendem a se relacionar de maneira pior com seus colegas e professores”, completa Priscilla de Albuquerque Tavares, da FGV.

Por outro lado, a desconexão entre o aluno e a escola agrava o problema, diz Bernard Charlot, que conduziu pesquisas sobre o tema para o governo francês e hoje é professor visitante na Universidade Federal de Sergipe.

“Um aluno que passa cinco dias na escola desinteressado, sem ver sentido no que aprende, vira foco de tensão permanente. Com qualquer faísca, pode gerar incêndio.”

18 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Procuradora tem desafio de mudar sem afetar Lava Jato

### Raquel Dodge é vista com desconfiança após encontro secreto com Temer

**Primeira mulher a ocupar o cargo, ela quer investigar corrupção e incluir novos temas, como direitos humanos**

REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

A nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, 56, assume com a intenção de mudar o estilo de condução da instituição e mostrar que não vai diminuir o ritmo da Lava Jato, apesar de ter sido indicada por Michel Temer, alvo de duas denúncias do antecessor Rodrigo Janot.

Dodge toma posse nesta segunda-feira (18) em uma rápida cerimônia com a presença do presidente Temer. Ambos devem fazer um rápido pronunciamento.

Janot já avisou que não vai à cerimônia. Adversário de sua sucessora, ele alega que não foi convidado para a posse. Raquel Dodge rebate essa versão e afirma que o chamou por e-mail.

A palavra “discrição” é usada nas rodas de conversa dos assessores e procuradores mais próximos da nova chefe da Procuradoria-Geral da República para definir o estilo dela.

Diferentemente de Janot, Dodge pretende evitar o protagonismo na condução da Lava Jato. Delegou a missão ao procurador José Alfredo de Paula Silva, que vai coordenar o grupo de trabalho da

operação dentro da Procuradoria-Geral.

Ele atuou na investigação do mensalão e na Operação Zelotes, que investiga esquema de fraudes no Carf, conselho no qual contribuintes recorrem de multas aplicadas pela Receita Federal.

#### OUTROS TEMAS

Em relação às delações premiadas, Dodge deve fazer um pente-fino nas negociações, incluindo a mais polêmica de todas, com os executivos da JBS.

A procuradora tem dito que dará visibilidade a outros temas, como questões ligadas a indígenas e minorias, causas cíveis no STF (Supremo Tribunal Federal) e direitos humanos.

Por isso, escolheu para compor sua equipe procuradores que vêm trabalhando com a questão indígena — como Luciano Mariz Maia, novo vice-procurador-geral, e Mara Elisa de Oliveira, que será sua chefe de gabinete.

Primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do Ministério Público Federal, Dodge assume sob uma expectativa nada fácil de alcançar: pacificar as relações entre a PGR com o Congresso, o Planalto, o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal.

Ao mesmo tempo, ela toma posse no cargo sob desconfiança, por ter sido indicada por Temer, alvo de duas denúncias de Janot —a últi-

ma delas na semana passada, por obstrução de Justiça e organização criminosa.

Seu nome teria sido costurado no Planalto pelo ministro Gilmar Mendes (STF), adversário declarado de Janot.

A imagem de Dodge se desgastou depois da revelação de um encontro secreto (não registrado em agenda oficial) que teve com o presidente, após sua nomeação, no Palácio do Jaburu.

Por isso, sua postura na condução da Lava Jato é vista como um enigma. Enquanto adversários apostam que a nova gestão pode diminuir o ritmo das investigações, aliados da procuradora-geral dwefendem que seu estilo discreto não é nada incompatível com um comportamento “linha dura”.

O primeiro pronunciamento de Dodge à imprensa será em uma entrevista coletiva, prevista para ser realizada nesta semana. A procuradora, assim, tenta passar uma mensagem de que não vai priorizar nenhum veículo de comunicação.

A assessoria da procuradora disse à **Folha** que a nova equipe da Procuradoria “atuará de acordo com a orientação” dela, com “discrição, seriedade e firmeza”.

**CONTINUA**

“Haverá um firme propósito de consolidação e avanço, nos limites constitucionais, quanto à utilização das novas técnicas de investigação criminal que se mostraram como ferramentas eficazes de apuração e combate ao crime organizado e à corrupção”, afirma nota da PGR.

Além de José Alfredo de Paula Silva na Lava Jato, Dodge nomeou Raquel Branquinho para cuidar das investigações criminais de políticos com foro no Supremo Tribunal Federal.

Branquinho e Silva, ao lado do procurador Alexandre Espinosa, membro do Grupo de Trabalho da Lava Jato, atuaram no passado em diversas operações contra a corrupção e estiveram juntos na investigação do mensalão, por exemplo.

Janot fechou 159 acordos de colaboração, deixando para Dodge uma série de inquéritos em curso.

### **POLÍCIA FEDERAL**

Dodge terá de reconstruir pontes com a PF, que enfrentou desavenças com Janot principalmente em torno das delações premiadas.

O ex-procurador-geral ajuizou ação no STF para proibir policiais de fecharem acordos, mas o tribunal ainda não tomou uma decisão sobre o assunto. O clima de embate contaminou o cotidiano das duas instituições, que atuam juntas durante a fase investigativa dos inquéritos.

Sobre a relação com a PF, sua assessoria diz que a PGR vai se basear em “diálogo, respeito mútuo, valorização do trabalho de investigação da polícia e cooperação”.

“A proposta da nova equipe é inteirar-se de todas as investigações e processos em andamento no propósito de dar continuidade aos trabalhos, com plena consciência da responsabilidade que paira sobre a instituição em razão do cenário de apuração de fatos relacionados às diversas autoridades com foro no STF, situação jamais vivenciada pelo país”, afirma.



### **ISTO É RAQUEL DODGE**

**Idade**  
56 anos

**Origem**  
Nascida em Morrinhos (GO). É filha do procurador aposentado José Ferreira

**Vida pessoal**  
Casada com o americano Bradley Dodge. É mãe de Sophia e Eduardo

**Carreira**  
- Mestre em direito pela Universidade Harvard, ingressou no MPF em 1987

- É subprocuradora-geral da República com atuação no STJ na área criminal e integra a Câmara que trata de assuntos relacionados ao consumidor e à ordem econômica

- Coordenou a Câmara Criminal, atuou na operação Caixa de Pandora (2009), que revelou o mensalão do DEM, e participou da redação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

- Ficou em 2º lugar na lista tríplice encaminhada ao presidente Temer após votação entre os procuradores para o cargo de procurador-geral; em 2015, havia ficado em 3º lugar

**A nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que toma posse nesta segunda (18)**

18 SET 2017

## FOLHA DE S. PAULO PAINEL

**Fica a dica** Em sessão no TRF 1, o procurador José Alfredo de Paula Silva, que vai assumir a coordenação da Lava Jato em Brasília, afirmou que a atuação de Raquel Dodge, nova chefe do MPF, será marcada pela discrição. Segundo ele, o órgão “não pode querer ser um ator da agenda política”.

**Fica a dica 2** “Não é nosso papel. Nós já temos poder demais com o que fazemos. A nossa responsabilidade é muito grande para que queiramos amplificá-la indevidamente”, disse Paula Silva.

### tirotoio

*Esperamos que Raquel Dodge escolha como inimigo o combate à corrupção e não a Polícia Federal, como fez Rodrigo Janot.*

DE CARLOS EDUARDO SOBRAL, presidente da ADPF (Associação dos Delegados de Polícia Federal), sobre os desentendimentos entre a PF e o MPF.

18 SET 2017

# FOLHA DE S. PAULO

LUIZ FELIPE PONDÉ

## Noblesse de robe

O poder de processar  
alguém ou algo é, no  
limite do humano, como  
assemelhar-se a Zeus

**VOCÊ NÃO** lembra o que é “noblesse de robe”? As aulas sobre o Antigo Regime, anterior à Revolução Francesa de 1789 estão distantes na memória? É importante lembrarmos dessa “classe social” pra entendermos parte do problema da máquina estatal brasileira e de suas estrelas de grande ou pequeno porte.

Vamos traduzir esta expressão: “noblesse de robe” é nobreza togada em português. A diferença, no Antigo Regime francês, é que a “noblesse de robe” se diferenciava da “noblesse d’épée” (nobreza da espada) por ser esta a nobreza de fato, associada à condição guerreira da nobreza histórica, de ascendência sanguínea.

A nobreza togada eram aquelas pessoas de alta função burocrática no sistema, como funcionários jurídicos, administrativos, fiscais, enfim, toda a gama de funções que fazia a máquina do Estado absolutista funcionar. Eram “feitos” nobres por aqueles que de fato eram nobres.

Nobreza togada era uma nobreza “fake”, mas nem por isso menos poderosa, na medida em que detinha nas mãos todo o trânsito burocrático e efetivo do poder do Estado francês de então.

Sabemos o fim da nobreza “da espada” na Revolução Francesa, no primeiro momento. Mas a nobreza sobreviveu, principalmente, a togada — ainda que sem o caráter “nobre”. A máquina burocrática do poder permaneceu, em grande parte, na mão de uma classe togada. Em alguns casos, manteve-se o caráter vitalício do poder — ainda que não

hereditário.

A nobreza togada é a alta burocracia do Estado e, principalmente, o Poder Judiciário — dentro deste, juízes e procuradores no topo da carreira. Na máquina cotidiana do poder, esses são os seres mais poderosos do país. Decidem seu futuro com um clique ou uma canetada.

Poder é uma coisa sedutora e, às vezes, invisível. O caráter vitalício de um cargo tende a dar bastante poder a quem o detém, porque essa pessoa fica protegida dos males da contingência da vida dos mortais comuns — conhecida como “mercado”.

A nobreza togada é muito poderosa no mundo contemporâneo. Ela é mais bem representada por grande parte do corpo do Poder Judiciário. O Poder Judiciário é o poder “mais poderoso” do país. E nem precisam ser reeleitos. Não me refiro aos advogados enquanto tal, mas aos cargos judiciários públicos. Advogados estão submetidos à “violência” do mercado. Os cargos judiciários públicos, na maioria das vezes, detêm a única forma legítima de violência no Estado moderno. Logo, seu poder é legítimo e quase inquestionável. O poder de processar alguém ou algo é, no limite do humano, no mundo contemporâneo, como assemelhar-se a Zeus.

Um poder vitalício facilmente produz certos desdobramentos cognitivos (podemos discutir os morais, mas não é o caso aqui).

Quando sua condição no mundo é protegida das vicissitudes e instabilidades do mercado, a tendência

é que você acabe por se sentir, de fato, na condição de quem tem o poder absoluto, uma vez que representa a lei na sua força coercitiva, e o que você “pensar sobre aquilo” é lei.

Depois do café da manhã, você decide o destino de pessoas, empresas, famílias, futuros, passados, enfim. Após o almoço, você cria mundos ordenados ou desordenados, “simplesmente” a partir do modo como você lê e aplica a lei. Cria vidas ou as destrói. Faz as pessoas sentirem que a vida delas está, literalmente, nas mãos de alguém.

Diferentemente do policial, a nobreza togada é protegida da gritaria do mundo. Ela decide o que é “justo” e o que é “injusto” e, com isso, num mundo que tende à judicialização de tudo como o nosso, ela faz “o destino do seres”, como as Moiras na tragédia grega.

O poder de decidir vidas entre as refeições dá a você a sensação de ser quase intocável.

Uma certa tranquilidade que quase o eleva acima dos mortais comuns. Quem pode dizer para onde o dinheiro de X deve ir? Quem pode decidir que sua casa não é mais sua? Ou que não verá seu filho? Ou que o que você disse é passível de punição e, quem sabe, criar uma dívida enorme como fruto de uma frase que você colocou numa música ou num livro? Ou arruinar sua reputação num clique?

18 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Júri em SP por 17 mortos em chacina pode durar 12 dias

Fórum de Osasco terá esquema especial de segurança; 2 PMs e 1 guarda são réus

**Julgamento da maior chacina de SP começa nesta segunda-feira; em 2015, homens fizeram ataque na Grande SP**

ROGÉRIO PAGNAN  
DE SÃO PAULO

Sob esquema especial de segurança e com possibilidade de duração de até 12 dias, o julgamento de três acusados de participação na maior chacina da história de São Paulo terá início da tarde desta segunda-feira (18) em Osasco.

Em agosto de 2015, ataques em série deixaram 17 pessoas mortas em Osasco e na vizinha Barueri. Dois PMs e um guarda irão a julgamento. O júri de um outro PM ainda não tem data marcada —ele foi o único que recorreu da sentença que mandou todos a júri. Os quatro, presos há dois anos, alegam inocência.

Segundo a acusação, a chacina foi provocada por um grupo de PMs e guardas civis que se uniram para vingar a morte de dois colegas.

Os criminosos, usando touca ninja, saíram em ao menos

dois carros por ruas dessas cidades atirando contra alvos escolhidos por eles. Em um único bar de Osasco, oito pessoas foram assassinadas e outras duas ficaram feridas.

Quanto à segurança do julgamento, a Polícia Militar prepara um reforço no policiamento no entorno do fórum, que inclui desvio e interdição de ruas.

Como há cerca de 40 testemunhas arroladas por Promotoria e defesa, a juíza responsável, Élia Kinosita Bulman, reservou o plenário por 12 dias. A Promotoria diz acreditar que a decisão do júri possa ocorrer até sexta (22):

Há também um esquema especial de transporte, já que as testemunhas, todas sob vigilância, irão pernoitar nos fóruns da Barra Funda e Santana, ambos em São Paulo. A Justiça também estuda como acomodar os familiares das vítimas, já que o plenário tem capacidade para 119 pessoas. Dessas cadeiras, 15 delas são destinadas à imprensa.

O promotor Marcelo Alexandre de Oliveira diz ser impossível prever o resultado. “Qual o prognóstico do júri de Osasco? Eu não sei.”

GAZETA DO POVO

16 SET 2017

17 SET 2017

# QUEM É RAQUEL DODGE?

A nova procuradora-geral da República toma posse na próxima segunda (18) cercada de dúvidas sobre seu mandato: a Lava Jato corre algum risco? Ela reduzirá o protagonismo político do cargo? Afrouxará a vigilância sobre o Congresso? O que esperar da sucessora de Rodrigo Janot?

## OS OLHOS SE VOLTAM A DODGE



Na espera: na próxima segunda (18), Raquel Dodge finalmente sentará na cadeira de procuradora-geral da República. Como será seu mandato?

CONTINUA

Nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge toma posse na segunda-feira (18) em meio a dúvidas sobre o fôlego da Operação Lava Jato após o episódio envolvendo a JBS

Rosana Felix

● A partir das 8 horas da próxima segunda-feira, todos os olhos da nação estarão voltados para a sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília, onde Raquel Dodge tomará posse como procuradora-geral. O cargo ganhou relevância na medida em que a Operação Lava Jato começou a desvendar uma rede de corrupção que envolve frequentadores da Praça dos Três Poderes — e é justamente essa a grande preocupação atual dos brasileiros: como ela vai lidar com essa grande investigação.

A expectativa subiu a níveis ainda mais altos com a situação constrangedora vivida pelo procurador-geral Rodrigo Janot, que teve que voltar atrás no acordo de delação premiada da JBS, que envolve diretamente o presidente Michel Temer em atos de improbidade. O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a legitimidade de Janot para denunciar o peemedebista, mas ficou para semana que vem o julgamento sobre a validade ou não das provas produzidas pela JBS, uma vez que ficou provado que os irmãos Batista e Ricardo Saud omitiram fatos na delação.

Foi na gestão de Janot que a figura de procurador-geral ganhou ares de protagonista de novela. Ao longo de 2015, com a Lava Jato ampliando o raio de ação e atingindo empreiteiros e políticos de alto escalão, como Eduardo Cunha e Fernando Collor, o comandante da PGR foi bombardeado por críticas. Foi reconduzido ao cargo, mas agora, ao final do mandato, está sem apoio no

Congresso, que criou uma CPI da JBS com a intenção de atingir Janot.

Os parlamentares se animam com a postura mais reservada de Dodge. É quase um consenso que, com ela, o componente político ocupará menos espaço do que com o antecessor. O mundo político espera que, na gestão de Dodge, as prisões preventivas diminuam, o vazamento de delações cesse e o controle na coleta de provas aumente. Também é grande a expectativa de ela apoiar uma lei de abuso de autoridade. Isso levaria a uma diminuição no ritmo da Lava Jato durante o mandato de dois anos — com possibilidade de uma recondução.

Por outro lado, apoiadores de Dodge apostam no bom andamento da operação, com rigor e responsabilização dos envolvidos. Descrita como metódica, ambiciosa e controladora, ela não se envolveria em uma derrapada como a que ocorreu com a delação da JBS. Ela vai se expor menos que Janot, mas isso não significa, segundo eles, que vai inibir as operações. Nos últimos dias, Dodge anunciou o nome do procurador José Alfredo de Paula Silva para coordenar a Lava Jato em Brasília. Ele atuou no mensalão e na Operação Zelotes, que investiga pagamento de propina a fiscais da Receita em troca de perdão de dívidas.

Alguns acontecimentos envolvendo Temer e a nova procuradora, porém, deixaram em alerta parcelas da sociedade que apoiam a Lava Jato. Dodge sempre foi vista como opositora a Janot. Na eleição de lista tríplice feita pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), ela ficou em segundo lugar, com 587 votos. O primeiro colocado foi Nicolao Dino (621), aliado de Janot.

**CONTINUA**

Ao preferir o primeiro colocado, Temer indicou a políticos de todos os feitios que ganhariam com Dodge no comando da PGR. A sabatina e votação no Senado para referendá-la foram marcadas com rapidez, e a aprovação foi expressiva. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ela foi aprovada com unanimidade, algo inédito; no plenário, teve 74 votos a favor, um contra e uma abstenção

Outra situação envolve o horário da posse, bem cedo no dia 18: isso foi negociado em uma visita de Dodge ao Palácio do Jaburu às 22 horas, fora da agenda oficial. O encontro tarde da noite despertou desconfiança, o que foi explicado posteriormente pelo Planalto e pela procuradora como reunião marcada em cima da hora para definir o melhor dia e horário para a cerimônia. Temer tem evento em Nova York no dia 19, e viajaria já no dia 17, mas reviu a agenda para encaixar a posse de Dodge.

Antes da explicação oficial, porém, o imaginário popular lembrou-se do encontro clandestino entre Joesley Batista e Temer, também no fim da noite. “É uma comparação indevida, sem fundamento. Joesley chegou com nome falso, dirigindo o próprio carro, para se encontrar, ao que consta, no porão do Palácio”, afirma José Robalinho Cavalcanti, presidente da ANPR.

Robalinho diz que encontros fora da agenda são bastante comuns, por causa do ritmo atribulado do Palácio do Planalto. “Pedi audiência com antecedência de três semanas para entregar o resultado da lista tríplice, mas me ligaram às 13h50 do dia 28 de junho para estar lá às 14h30. Duvido que eu constasse da agenda oficial”, observa.

Ele também rechaça questionamentos quanto à independência de Dodge para dar seguimento às investigações da Lava Jato. “Ela tem o respaldo da classe e vai manter a impessoalidade sempre, mas isso não significa que não terá reuniões com as autoridades”, observa. Segundo ele, o fato de Temer ter escolhido o segundo mais votado não tem relevância. “Havia oito candidatos experientes, e foram indicados os três mais votados, de altíssimo gabarito. Ficamos muito orgulhosos da escolha”, diz.

A indicação de um nome da lista tríplice, aliás, é um acordo informal que vem desde 2003, sob a gestão do ex-presidente Lula, uma forma de dar respaldo à atuação do procurador-geral. Ficou famoso durante os anos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o apelido de “engavetador-geral da República”, em referência a Geraldo Brindeiro, que ocupou a PGR durante todo o período. Em 2001, a Veja fez um levantamento mostrando que de 626 inquéritos recebidos por ele, apenas 60 tinham sido aceitos; 217 foram arquivados e 242 repousavam nas gavetas.

Robalinho diz que houve injustiças com Brindeiro, mas ressalta que ele foi indicado por livre-vontade de FHC, sem eleição dentro do Ministério Público Federal (MPF). “Isso tem suas consequências. Mesmo que tenha atuado com independência, não parecia, pois era uma indicação direta. E não tinha a liderança na classe, por não ter sido eleito”, acrescenta. Como Dodge foi eleita por um expressivo número de procuradores, ela não terá esse tipo de problema, avalia o presidente da ANPR. Ele observa que mudanças de rumo são naturais.

Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça do governo Dilma, em artigo sobre a nova procuradora, ressaltou qualidades de Dodge, com quem estudou na faculdade, e também afastou a possibilidade de Dodge se alinhar a Temer. Mas ele disse à “Folha de S. Paulo” que ela é bastante ambiciosa e, por isso, “atropela quem se coloca no seu caminho”. No artigo, sugeriu que ela não vai se contentar com apenas uma recondução ao cargo — como tem sido praxe desde 2003, e tentaria permanecer no comando da PGR por muitos mandatos. Ainda assim, a descreveu como “pessoa espiritualizada, que nada tem a ver com o perfil hedonista-materialista de Janot”.

## Governador preso

Dodge tem o apoio dos procuradores e também uma carreira de respeito no combate à corrupção. É da lavra dela o inédito pedido de prisão de um governador no exercício do cargo: José Roberto Arruda, em 2010. Ela era a subprocuradora responsável pela Operação Caixa de Pandora, que desvendou um esquema de corrupção no Distrito Federal — ele foi flagrado em vídeo recebendo dinheiro de propina. Segundo Dodge, Arruda estava atrapalhando as investigações.

Foi com tranquilidade que ela narrou tudo ao então procurador-geral Roberto Gurgel, segundo a Folha de S. Paulo. Reportagem da revista Época relatou que a prisão ocorreu uma semana depois do previsto, porque Dodge ficou no aguardo de uma perícia de um bilhete escrito por Arruda.

CONTINUA

Ela também ganhou notoriedade ao coordenar a Câmara Criminal do MPF entre 2012 e 2013 — Janot, por exemplo, não tinha experiência na área penal. Um dos focos do trabalho de Dodge era ampliar o número de ações penais por corrupção em todo o país, de olho na verba que era transferida pela União para municípios.

Antes disso ela tinha participado da equipe que processou o “deputado da motosserra” Hildebrando Paschoal, que em 1999 foi condenado a 130 anos de prisão por sua participação em um esquadrão da morte no Acre.

### Direitos humanos

Dodge não se intimidava na atuação de casos relacionados a violência. Alguns anos antes, em 1999, acompanhou de perto um conflito envolvendo tribos pataxó na Bahia. Eles invadiram 14 fazendas, reivindicando a área. Em confronto com policiais militares, dois soldados morreram, o que elevou a tensão. Na época, a Funai era presidida por Carlos Frederico Marés, ex-procurador-geral do Estado do Paraná.

“Era uma situação grave. Os índios estavam cercados pela polícia e muito amedrontados. Era preciso entrar e dizer que estava tudo bem, que estávamos cuidando da situação”, relata Marés, professor de Direito na PUCPR. Dodge, então na 6ª Câmara do MPF, que trata de populações indígenas e comunidades tradicionais, estava no local e foi uma das poucas a acompanhar Marés na conversa cara a cara com os índios. “Falei que não era preciso ninguém me acompanhar. Era uma situação tensa, podia acontecer qualquer coisa, mas ela fez questão de ir e acompanhar de perto os acontecimentos”, relata.

Marés prefere não falar das expectativas em relação ao trabalho da nova procuradora. “Uma coisa é enfrentar índio, outra é enfrentar a República”, resume. Sobre a possibilidade de Dodge se posicionar sobre a demarcação de terras indígenas, em confronto com a ban-

cada ruralista, forte apoiadora de Temer, o professor não se mostra tão otimista. “Se fosse em outra época, poderia dizer que estava exultante, com a ascensão de alguém que passou pela 6ª Câmara. Infelizmente, estamos em uma época de com-

pleto desmanche da República, e assim a questão indígena vira um assunto menor, sem espaço na agenda”.

Se a nova procuradora vai se dedicar a esses temas é difícil dizer, mas pelo menos há a intenção. Nas últimas semanas, ela anunciou a criação de secretarias próprias para as áreas de Função Constitucional e de Direitos Humanos e Defesa Coletiva, temas caros para ela. Outro assunto no qual ela é especialista é o trabalho forçado: ela participou do grupo responsável pelo I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

Ainda no campo dos direitos humanos, Dodge pertence à linha de procuradores que defendem a revisão de alguns pontos da Lei da Anistia, com o argumento de que sequestro e ocultação de cadáveres, por exemplo, são crimes permanentes e imprescritíveis. O STF já confirmou a validade da norma, mas essa linha de entendimento do MPF, construída no projeto “Justiça em Transição”, ainda não passou pelo crivo dos ministros.

No STF, aliás, Dodge passa a ser responsável por propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADFP). Segundo Robalinho, da ANPR, a “judicialização da política” é um dos motivos que elevou a importância do procurador-geral da República. “O Congresso tem sido disfuncional, e deixado de legislar sobre muitas coisas. Muitas vezes o Supremo é levado a decidir sobre questões cruciais, e quem fala pela sociedade brasileira é o procurador-geral”, explica.

## CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

16 SET 2017

17 SET 2017

### Justiça para todos

Para ampliar o acesso das pessoas à Justiça, Dodge participou de um ato político no Senado em 2013 para defender a criação de novos Tribunais Regionais Federais — o que tinha sido proibido pelo então presidente do STF Joaquim Barbosa por meio de uma liminar. “Onde não há juiz, dificilmente o cidadão tem os seus direitos assegurados. Se os tribunais e juízes estão acumulados de processos, o acesso à Justiça fica comprometido. O desenho atual dos tribunais não atende às necessidades”, disse ela à época.

A garantia aos direitos é uma preocupação recorrente. Durante a campanha pela disputa da PGR, e também na sabatina no Senado, Dodge lançou mão de seu mote: “um projeto de trabalho em que ninguém esteja acima da lei e ninguém esteja abaixo da lei”. Ela defende que políticos e empresários poderosos devem se submeter à Justiça, mas o Estado brasileiro também precisa resgatar da miséria e proporcionar os direitos básicos milhões de pessoas.

Do seu novo gabinete, na cobertura de um dos blocos da PGR, um complexo de vidro e concreto aparente com formas arredondadas, Dodge terá uma ajuda visual para recordar do seu compromisso. É o Bosque dos Constituintes, formado por árvores plantadas em 1988, quando a Constituição deu garantias universais aos cidadãos, nem sempre cumpridas. Se ela vai olhar para o entorno e se inspirar para o trabalho de procuradora-geral, só o tempo dirá. O que é certo é que os olhos da nação estarão voltados para ela. ●



A nova PGR é descrita como meticulosa, ambiciosa e controladora.

“Ela tem o respaldo da classe e vai manter a impessoalidade sempre, mas isso não significa que não terá reuniões com as autoridades”.

José Robalinho Cavalcanti,  
presidente da ANPR

PAIXÃO



16 SET 2017  
17 SET 2017

# GAZETA DO POVO

## Cansaço e irritação marcam depoimento de Lula

Atingido pelas acusações diretas de Antonio Palocci, ex-presidente se mostra abatido, mas diz à militância que não vai cansar

Rosana Felix

● O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva já se resignou em retornar para Curitiba para depor à Justiça Federal em ocasiões futuras. Em discurso para a militância na noite de quarta-feira (13), após depoimento de duas horas ao juiz Sergio Moro, disse que a capital paranaense fica perto de São Paulo e que não vê problemas em retornar. "Não sei quantos processos eu tenho. Curitiba, aqui, é muito perto. Não sei se eles vão cansar. Eu não vou cansar". Entretanto, a postura no embate com o magistrado já era de abatimento.

Quem vê os vídeos do primeiro depoimento de Lula a Moro, em maio, e os compara com o da audiência de quarta-feira vê que o ex-presidente está mais cansado e irritado. Entre uma coisa e outra, uma "bala de prata" foi atirada em direção ao petista. O companheiro de partido e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci afirmou à Justiça que Lula sabia do esquema de desvio da Odebrecht e se beneficiou dele.

Em entrevista concedida em Curitiba antes da audiên-

cia de Lula, o vice-presidente do PT, Alexandre Padilha, classificou como "bala de festim" o depoimento de Palocci. Padilha diz que não há provas, documentos ou qualquer registro para comprovar a acusação.

Se o disparo de Palocci foi forte ou fraco, a Justiça ainda vai dizer. Certo é que Lula foi atingido. No primeiro depoimento, agiu mais como candidato, e lançou mão de frases de efeito, ditas com o carisma que lhe era peculiar. Na segunda vez, agiu mais como réu, um tanto consternado com os questionamentos do juiz.

### Compra suspeita

A audiência do último dia 13 é referente a um processo no qual Lula e outros réus são acusados de receber propina da Odebrecht por meio da compra de uma propriedade em São Paulo que seria usada para construir a nova sede do Instituto Lula. Palocci confirmou que fez a intermediação da compra, feita em troca de contratos assinados pela empreiteira com a Petrobras. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o valor total de vantagens ilícitas usadas na compra e na manutenção do terreno até 2012 chegou a R\$ 12,4 milhões. Lula alegou que não é presidente do Instituto Lula e não poderia ser responsabilizado.

Ainda nesse processo, o MPF aponta que Lula teria sido beneficiado com a compra de um apartamento vizinho à cobertura que possui em

São Bernardo do Campo, no valor de R\$ 504 mil. O apartamento está em nome de um parente do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo pessoal do ex-presidente. O petista se defendeu dizendo que a ex-primeira-dama Marisa Letícia foi a responsável pela assinatura do contrato de aluguel para uso do imóvel. Os recibos de pagamento de aluguel, porém, ainda não foram apresentados. Lula disse que, caso não tenha sido pago, terá que pagar os valores devidos.

No depoimento, Lula se recusou a responder questões envolvendo o sistema Drousys, utilizado pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht para gerenciar a propina paga a políticos de todo o Brasil. Segundo seu advogado, Cristiano Zanin Martins, a autenticidade desses documentos está sendo questionada. Ele aponta que haveria adulteração no material e que, por isso, não poderia ser usado como prova.

Para tentar eliminar qualquer dúvida sobre a autenticidade dos documentos, Moro fez na quinta-feira (14) um pedido à Procuradoria-Geral da República (PGR) para ter acesso ao material, que está em Brasília porque elenca dezenas de autoridades com foro privilegiado. Atendendo ao pedido da defesa de Lula, o juiz pretende solicitar uma perícia no Sistema Drousys pela Polícia Federal, para que seja feita uma descrição sobre o funcionamento do sistema e um atestado de autenticidade dos documentos gerados por ele.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

16 SET 2017

17 SET 2017

A defesa de Lula sustenta que na audiência de quarta-feira, o MPF e Moro fugiram do foco da denúncia, que é a utilização ilícita do dinheiro da Petrobras. O Sistema Drousys poderia confirmar a ligação entre os contratos da estatal e os supostos favores recebidos por meio de imóveis. De todo modo, o pedido de Moro à PGR reduz a possibilidade de críticas à condução do julgamento.

Há ainda um réu para ser ouvido neste caso, o advogado Roberto Teixeira, em audiência marcada para a próxima terça-feira (19). Depois disso, Moro abre prazo de cinco dias para as partes requerer diligências complementares. Se negadas, ou depois de concluídas, a Justiça dá 15 dias para o MPF fazer as alegações finais. A Petrobras, que também figura como acusadora, tem cinco dias para suas alegações finais. Por fim, os réus têm mais 15 dias para as defesas finais. A partir de então Moro pode dar a sentença.

No processo do triplex do Guarujá, em que Moro condenou Lula a nove anos de prisão em regime fechado por corrupção e lavagem de dinheiro, passaram-se dois meses entre o depoimento do ex-presidente e a decisão judicial. A defesa do ex-presidente recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF) e o recurso ainda não foi julgado.

### Outros processos

Lula disse que não sabe quantas vezes voltará para Curitiba, mas por enquanto há apenas outro processo em andamento contra ele na capital paranaense, referente a um sítio de Atibaia, em São Paulo. Segundo a denúncia do MPF, ele é o real proprietário do imóvel que está em nome de terceiros, o qual teria sido reformado pela Odebrecht como forma de pagamento de propina.

Moro aceitou a denúncia em 1º de agosto, e já passou o prazo para apresentação de defesa prévia dos réus. As testemunhas começam a ser ouvidas em seguida e, os réus, em uma fase posterior. Ou seja: vai demorar alguns meses para Lula voltar a depor em Curitiba. ■

“Virei a Curitiba prestar quantos depoimentos forem necessários. Eu não estou acima da lei, eu quero respeitar a Justiça brasileira, a Constituição... A única coisa que eu peço é que quem está me acusando tenha a dignidade de provar.”

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente.

16 SET 2017

17 SET 2017

GAZETA DO POVO

ROSANA FELIX

**Paraná aplica  
bilhões na  
educação (quando  
não há fraude)**



CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**O** Paraná despeja bilhões em educação. Em 2016, foram R\$ 9,8 bilhões destinados para essa função, que engloba todos os gastos do ensino fundamental ao superior, de salários à manutenção. É um montante considerável: representa 19,8% das despesas liquidadas no ano.

É tanta coisa que, em termos relativos, o Paraná gasta mais do que países que figuram no topo do ranking dos indicadores educacionais: Coreia do Sul (14,5%), Suíça (13,9%), Dinamarca (13,5%) e Noruega (13%). Os dados constam de reportagem da Gazeta do Povo publicada no dia 12 com base no relatório *Education at a Glance*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O texto destaca que o Brasil destina 16,2% dos recursos públicos para a educação, contra 10,3% de média das nações ricas.

Isso prova que está correta a máxima: o problema da educação brasileira não é falta de verba, mas sim de gestão? Não.

Por certo, há muito o que se fazer para reduzir despesas e melhorar a administração das atividades educacionais — provavelmente haveria economia em algumas áreas, mas esse dinheiro precisa ser reinvestido na área. Na educação infantil, por exemplo, para ampliar vagas em creches; ou para atividades extraclasse e cursos profissionalizantes para o ensino fundamental ou médio.

O ponto fundamental é que o governo diz que gasta bilhões todos com educação, mas uma parte considerável não é aplicada corretamente. Motivo: corrupção, desvios, fraudes.

O Paraná, esse estado riquíssimo, que investe tanto em educação, é justamente palco de uma imensa roubalheira no setor. A Operação Quadro Negro revelou um esquema que desviou no mínimo R\$ 20 milhões que deveriam ter sido usados para a construção de escolas.

Es-co-las. Lembrem-se disso.

Na verdade, o rombo total é muito maior. Esse desvio de R\$ 20 milhões se referem aos contratos firmados entre o governo do estado e a construtora Valor para executar dez obras. O Ministério Público e o Tribunal de Contas inves-

16 SET 2017

17 SET 2017

tigam outros casos semelhantes, envolvendo outras empresas. Por meio de medições fraudadas, que atestavam que as obras eram executadas mesmo sem sair do chão, suspeita-se que várias construtoras recebiam os pagamentos antecipadamente.

O Colégio Estadual de Educação Profissional (Ceep) de Campo Largo é um exemplo. No dia 12, a Gazeta do Povo mostrou as ruínas dos prédios que deveriam ter sido entregues há dois anos e meio, para atender 1,2 mil alunos. A obra está parada há um ano, por determinação do TC. Já foram repassados R\$ 2,85 milhões, de um contrato total de R\$ 7 milhões. A construtora responsável, Machado Valente nega irregularidades.

É um cenário desolador, que ainda não foi resolvida pelo governo estadual.

No começo do mês, os poderosos do Centro Cívico ficaram em polvorosa com o vazamento da delação de Eduardo Lopes de Souza, proprietário da construtora Valor, que disse que parte do dinheiro desviado abastecerá campanhas políticas, entre elas a do governador Beto Richa. Houve forte reação, o tucano desqualificou a acusação, outros citados negaram tudo e se insurgiram contra a imprensa, que noticiou o ocorrido.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

16 SET 2017

17 SET 2017

A reação dos políticos é sintomática do descaso com a educação: frente à notícia de fraudes em obras, ruínas, escolas que não saíram do papel, poderosos se lamentam, mas não gastam energia com isso. Dizem que o caso está sendo investigado, que estão colaborando.

Claro, uma acusação direta de uso de caixa 2 afeta a imagem do político, mas seria demais pedir uma reação contundente em resposta às escolas que não foram erguidas?

Por que não uma força-tarefa, um termo de ajustamento com Ministério Público, Tribunal de Contas, algo que permitisse que as obras fossem retomadas rapidamente, independentemente das investigações, dos pedidos de restituição? Seria dignificante ver uma cerimônia no Palácio Iguazu em que o governador, em vez de anunciar afagos em prefeitos que depois farão algo para retribuir o favor, anunciasse que toda a equipe está aplicando esforços para erguer o mais rápido possível o máximo de unidades escolares.

### Descaso nacional

A Operação Quadro Negro causa espanto por revelar um esquema grosseiro e grandioso de desvio de dinheiro público sem o devido controle da Secretaria Estadual de Educação.

Entretanto, em menor ou maior escala, fraudes semelhantes a essa são muito comuns por todo o Brasil. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), de 281 operações especiais de combate à corrupção realizadas entre 2003 e 9 de setembro de 2017, quase 70% apuraram desvios de verbas nas áreas de saúde e educação.

É dinheiro que, na contabilidade orçamentária, consta como investimento em posto de saúde, creche, salário de médico e professor, entre outras coisas. Mas, que na prática, é direcionada para fins ilegais.

Por isso, desconfie quando falarem que o Paraná e o Brasil já investem bastante em educação. ●

**18 SET 2017**

# **GAZETA DO POVO**

## **Ex-diretor da Secretaria de Educação volta a ser preso em ação da Quadro Negro**

**Maurício Fanini já havia sido preso na primeira fase da operação,  
mas respondia ao processo em liberdade**

Jéssica Maes, especial para a Gazeta do Povo

O ex-diretor da Secretaria do Estado de Educação do Paraná (Seed) Maurício Fanini foi preso na manhã deste sábado (16). A prisão preventiva foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) e faz parte da terceira fase da Operação Quadro Negro, que investiga fraudes na construção de escolas estaduais.

A ação do Gaeco partiu de novas denúncias de lavagem de dinheiro contra Fanini e a esposa, a fonoaudióloga Betina Sguario Moreschi Antônio, que, submetida a medidas cautelares, teve seu passaporte retido e fica proibida de deixar a cidade. Foram executados mandados de busca e apreensão na casa da família, no bairro Cabral, e no atual local de trabalho de Fanini, em Guaratuba. Os mandados foram expedidos pela 9ª Vara Criminal de Curitiba e foram apreendidos computadores, documentos, celulares e outros objetos.

Maurício Fanini já havia sido preso temporariamente em 2015, quando foi deflagrada a Operação Quadro Negro, e respondia ao processo em liberdade. Desta vez, a prisão é preventiva e, portanto, tem prazo indeterminado. Entre 2011 e 2014, ele foi diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed e ocupou, de janeiro a junho de 2015, o comando da recém-criada Fundepar - autarquia do governo estadual que assumiria todas as obras da pasta de Educação.

**CONTINUA**

De acordo com coordenador do Gaeco de Curitiba, Denílson Soares de Almeida, o réu está preso na Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC). Da DVC, seguirá para o Instituto Médico Legal (IML) para realização de exames e só então será determinado para onde será encaminhado definitivamente.

Segundo informações do G1, nesta sexta-feira (15) o advogado criminalista René Dotti e sua equipe renunciaram à defesa de Fanini alegando “motivo de foro íntimo”. Procurado pelo portal, o novo advogado de Fanini e Betina, Omar Elias Geha, afirmou que só se manifestará depois de ter acesso aos autos do processo.

Ao lado de outras 22 pessoas, Fanini também é alvo de investigação por improbidade administrativa em ação em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. A denúncia do Ministério Público (MP-PR) é pelo “direcionamento” de uma parcela de processos licitatórios organizados pela prefeitura de Curitiba entre 2002 e 2012, quando a cidade foi administrada por Cassio Taniguchi (de 1997 a 2004), Beto Richa (de 2005 a 2010) e Luciano Ducci (de 2010 a 2012).

### **Operação Quadro Negro**

Em andamento há mais de dois anos, a Operação Quadro Negro investiga um esquema de desvios de recursos públicos de obras de construções e reformas em escolas estaduais do Paraná. Com anuência de funcionário da Seed, que faziam medições falsas para a empresa receber pagamentos mesmo sem executar as obras de dez escolas, o esquema desviou ao menos R\$ 20 milhões dos cofres públicos.

Em delação premiada, o dono da Construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, afirmou que o dinheiro abasteceu a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB). A colaboração do empresário foi homologada no último dia 8 pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. O governador nega as acusações.

**CONTINUA**

# **GAZETA DO POVO 18 SET 2017**

**CONTINUAÇÃO**

Nos desdobramentos mais recentes, nesta quinta-feira, dia 14, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) condenou nove pessoas e a Valor a ressarcirem, em conjunto, R\$ 3,2 milhões ao erário em relação a construção de duas escolas em Campina Grande do Sul. Iniciadas em abril de 2014, ambas deveriam ter sido concluídas entre fevereiro e março de 2015, mas não passaram de 10% de conclusão.

## **A passagem de Janot pela PGR**

Na obsessão por pegar um presidente da República, o procurador-geral aceitou acordos malfeitos e precipitados enquanto adia até o último minuto outras denúncias

Nos últimos meses, um dos principais personagens da cena política brasileira não era parlamentar, nem detentor de cargo eletivo: o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que nesta segunda-feira entrega o cargo a Raquel Dodge, tendo optado por não concorrer a um terceiro mandato em processo que envolve os membros do Ministério Público. Para o bem e para o mal, o procurador-geral teve papel fundamental como responsável pelas investigações de políticos detentores de foro privilegiado, especialmente no âmbito da Operação Lava Jato.

Janot assumiu o cargo pegando o rescaldo do mensalão, atuando no julgamento dos embargos infringentes, aceitos pelo Supremo Tribunal Federal no dia seguinte à posse do procurador-geral. A posição de Janot, pela manutenção das condenações e das penas dos mensaleiros, acabou vencida, pois o Supremo Tribunal Federal decidiu reverter alguns vereditos dados anteriormente, resultando em penas menores e mudança de regime para alguns condenados famosos, entre os quais chefões do PT como José Dirceu e José Genoino. Posteriormente, o procurador-geral deu parecer favorável à extinção da pena de ambos, embora se possa argumentar que não havia muito o que fazer, já que ambos se encaixavam nos critérios estipulados para tal perdão.

Mas foi a Operação Lava Jato que trouxe maior destaque – e críticas – ao procurador-geral. A velocidade com que a Procuradoria-Geral da República trabalhou foi constantemente comparada ao ritmo da força-tarefa sediada em Curitiba:

**CONTINUA**

enquanto empreiteiros e demais personagens do esquema sem foro privilegiado eram rapidamente denunciados, a PGR andava a passos muito lentos. Foram duas as “listas de Janot”, com pedidos de investigação de dezenas de políticos: uma em março de 2015, e outra em março de 2017. Até pouco tempo atrás, no entanto, pouquíssimas dessas investigações haviam se transformado em denúncias encaminhadas ao Supremo, reforçando a impressão de que membros do Executivo e do Legislativo não tinham muito a temer.

O procurador-geral comprou algumas boas brigas, como com o senador e ex-presidente da República Fernando Collor e com o ex-presidente do Senado Renan Calheiros, mas também se precipitou, como quando, em junho de 2016, pediu a prisão de Calheiros, do também senador Romero Jucá, do ex-presidente José Sarney e do deputado Eduardo Cunha, pedidos negados pelo Supremo. Essa característica acabou transformando Janot no grande personagem da política nacional a partir de maio de 2017.

A delação premiada dos executivos da J&F, controladora do frigorífico JBS, monopolizou a cena política nacional por vários motivos: acertada em tempo recorde, ofereceu a Joesley Batista a impunidade quase completa, o que nenhum delator da Lava Jato tinha conseguido até o momento; e a gravação de uma conversa nada republicana com Michel Temer chacoalhou Brasília a ponto de fazer o presidente balançar no posto: a distribuição de cargos e a liberação de emendas tiveram de ser amplamente usadas para que a Câmara rejeitasse a denúncia criminal oferecida por Janot contra Temer.

Foi só quando os delatores da JBS tiveram de entregar uma outra gravação, feita acidentalmente, de uma conversa entre eles na qual ficava evidente que havia não apenas furos, mas enormes rombos no conteúdo da delação e no seu processo de negociação, que Janot resolveu oferecer denúncias a rodo na Lava Jato: nos últimos dias de seu mandato, os quatro “quadrihões” nos quais

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2017

se dividiu o inquérito – do PP, do PT, do PMDB no Senado e do PMDB na Câmara – foram denunciados. Lula, Dilma, presidentes de partidos, quase ninguém escapou, nem mesmo o próprio Temer, incluído no “quadrilhão do PMDB na Câmara”. Tudo isso logo após as revelações que lançaram uma sombra sobre a ação da PGR e de Janot na delação da JBS, deixando a dúvida sobre as reais motivações do procurador-geral, se desejo de oferecer uma agenda que soterrasse o fiasco da JBS, ou se convicção autêntica da culpabilidade dos denunciados.

Pelas suas ações à frente da PGR, com seu correspondente timing, o procurador-geral acabará lembrado como um agente político que, na obsessão por pegar um presidente da República, aceitou acordos malfeitos e precipitados – sem falar de ações com o objetivo de frear as necessárias reformas, como no caso da terceirização – enquanto adiava até o último minuto as denúncias contra toda a quadrilha que, por anos, assaltou as estatais e, por consequência, o país. Uma escolha questionável de prioridades e de meios para atingir seus objetivos.

16 SET 2017  
17 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Dois auditores da Publicano são demitidos por cooptação de agente

**Luiz Antonio de Souza, principal delator, e Marco Antonio Bueno já condenados por decisão judicial agora foram punidos pela Receita Estadual; cinco são inocentados**

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**J**á condenados por decisão judicial proferida em dezembro do ano passado, os auditores Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano, e Marco Antonio Bueno, foram demitidos da Receita Estadual por terem tentado cooptar agente do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), que começou a investigar a existência de uma organização criminosa no órgão fazendário em meados de 2014. Os decretos, assinados pelo governador Beto Richa (PSDB), foram publicados na edição dessa sexta-feira (15) do Diário Oficial do Paraná. Outros cinco auditores que eram investigados no mesmo PAD (Processo Administrativo Disciplinar) foram inocentados.

Consta dos decretos que os dois demitidos participaram de "diversos atos de ofe-

*Comissão do PAD levou em consideração as*

**provas produzidas no Judiciário, incluindo escutas telefônicas**

recimento e entrega de vantagem indevida a policial do Gaeco/Londrina, com a finalidade de obtenção ilícita de dados e informações privilegiadas e confidenciais concernentes às investigações que tivessem como investigados auditores fiscais da Receita Estadual, correspondente ao crime de corrupção ativa, na esfera penal". Para investigar a denúncia de corrupção ativa, a comissão de PAD levou em consideração as provas produzidas no Judiciário, incluindo escutas telefônicas e outros dados decorrentes de quebra de sigilo.

O mesmo fato – a cooptação de agente do Gaeco – já foi objeto de sentença proferida em dezembro do ano passado o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio,

titular dos processos da Publicano. Sete auditores foram acusados de corrupção ativa justamente por oferecerem a um agente infiltrado valores para que este lhes repassasse informações sigilosas. Quem intermediou o acordo foi o policial civil André Luís Santelli, ignorando que o agente que tentava corromper era infiltrado, atuando com autorização judicial, de maneira sigilosa.

Na sentença, o magistrado condenou, por corrupção ativa, Márcio de Albuquerque Lima (acusado de ser o líder da organização criminosa); sua esposa, Ana Paula Marques de Lima; o ex-delegado da Delegacia de Londrina José Luiz Favoreto; e Souza, por ser "incontestável o domínio funcional" que eles detinham "em virtude da condição de principais beneficiários dos delitos praticados".

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

16 SET 2017

17 SET 2017

Bueno foi condenado em razão das gravações feitas por meio de interceptação telefônica nas quais conversava diretamente com Santelli sobre o acordo de corrupção. Nannuncio entendeu não haver provas da participação de Dalton Lázaro Sores e Rosângela Semprebom, irmã de Luiz Antonio e também delatora do esquema.

De acordo com a assessoria de imprensa da Sefa (Secretaria Estadual de Fazenda), o PAD contra os cinco auditores (Lima, Ana Paula, Favoreto, Soares e Rosângela) foi arquivado "por inexistirem elementos probatórios suficientes para a condenação". Com exceção de Soares, todos os outros respondem a outros processos disciplinares. Segundo a Sefa, ainda há cinco PADs em andamento, que tratam de corrupção passiva, que envolve 62 auditores; falsidade ideológica (cinco auditores); lavagem de ativos (dois auditores); corrupção passiva e concussão (47 auditores); e corrupção passiva (13 auditores). Atualmente, 61 auditores estão afastados, dois foram demitidos e 13 se aposentaram, totalizando 76 investigados.

Souza, na verdade, já havia sido demitido da Receita em novembro do ano passado, quando respondeu a PAD por quebra de sigilo funcional. Era o único demitido até então. No decreto publicado ontem, o texto ressalva que "o fato de o agente público ter sido demitido em outro processo administrativo disciplinar não exime a administração

pública da obrigação de apurar outros potenciais ilícitos e, por consequência lógica, de declarar a punição em razão destes, devendo a penalidade produzir efeitos, acaso a pena anterior seja anulada". Caso aquela decisão venha a ser anulada, esta passaria a produzir os efeitos legais.

### RENÚNCIA

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defendeu Luiz Antonio de Souza e seus familiares praticamente desde o início da Publicano, deixou a defesa do auditor "por desacordo comercial". "Guardo a certeza de que a delação havida foi o melhor para o próprio cliente e também para o estado do Paraná", declarou. "Guardadas as devidas proporções, a delação havida gerou a certeza de impostos sonegados que ultrapassaram dois bilhões de reais, isso só na Delegacia de Londrina." Ele se referiu às forças-tarefas da Receita, que apuraram que nos últimos cinco anos antes da Publicano os impostos sonegados pelas empresas envolvidas na operação, a multa pela sonegação e os juros passam de R\$ 2 bilhões.

O próprio advogado, ao longo da defesa, acabou se envolvendo em crimes denunciados na Publicano 5, que acabaram com a rescisão dos benefícios do acordo de delação premiada de Souza. De dentro da cadeia – à época o auditor estava preso – teria extorquido empresários sonegadores com a ajuda de familiares e do próprio advogado, o que Ferreira nega. "Saio com a tranquilidade do dever cumprido."

Souza ainda não tem um novo advogado e não foi localizado ontem. O advogado de Bueno, Edgar Ehara, disse que analisará, após reunião com o cliente, eventuais medidas a serem adotadas.

16 SET 2017  
17 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Cozinheira viveu 'processo kafkiano'

Usada com "laranja", ela foi acusada de falsidade ideológica no processo da Publicano 4, mas nunca foi sócia ou dona de empresa alguma em Londrina

66

*Nem sei onde fica Londrina. E hoje eu estou aqui, sentada numa cadeira de ré, sem ter feito nada!*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O depoimento que serviu de base à oitava fase da Operação Publicano, deflagrada na última quinta-feira (13), envolvendo sete pessoas – entre elas, o empresário Antonio Donizete de Sá, o contador e advogado Jair Ancioto e o advogado Adolfo Góis – revela que uma cozinheira gaúcha, de 48 anos, viveu um processo kafkiano. Usada com "laranja" na empresa de Sá, ela foi acusada de falsidade ideológica no processo da Publicano 4, mas nunca foi sócia ou dona de empresa alguma.

Ao ser interrogada pelo juiz de Nova Petrópolis, Franklin de Oliveira Netto, em 16 de agosto, a cozinheira relatou que nasceu naquela cidade – de apenas 20 mil habitantes, localizada no leste gaúcho – e trabalha há 20 anos na mesma empresa. "Nem sei onde fica Londrina. E hoje eu estou aqui, sentada numa cadeira de ré, sem ter feito nada", declarou. Procurada pela FOLHA ontem, ela preferiu não

dar entrevista. "Já tive problemas demais."

Ao juiz, ela contou que em abril deste ano recebeu a ligação da Promotoria de Londrina e o relato sobre a suposta empresa. Acreditando ser um trote, não atendeu mais às ligações.

Passada uma semana, recebeu, em seu local de trabalho, a visita de um homem, Odair, que disse ser representante da empresa da qual era seria sócia e informou que os donos queriam lhe falhar. Ela acabou aceitando o encontro, para obter informações.

"Naquela mesma tarde, eu fui à delegacia, registrei o boletim de ocorrência e contei tudo o que estava acontecendo", resumiu. Na semana seguinte, disse ela, encontrou-se com "dois senhores de Londrina". "Eram donos da empresa; disseram para eu eu ficar tranquila, que eles já tinham tirado meu nome da empresa, para eu ficar quieta que nada ia me acontecer", relatou.

Também se ofereceram para pagar-lhe advogado e pediram que lhes comunicasse

caso recebesse qualquer intimação do processo. "Depois da visita, me ligavam, mandavam mensagem, queriam me pagar advogado."

A partir daí, a cozinheira compareceu à Polícia Federal, à Receita Federal e ao Ministério Público. Fez exame grafotécnico e identificou os dois homens com quem se encontrou. "Um deles se apresentou como Donizete e eu reconheci os dois nas fotografias."

Acabou descobrindo que os fraudadores falsificaram seus documentos, usando o mesmo número da Carteira de Identidade, porém, com fotografia e assinatura diferentes. A data de expedição e local de nascimento também estavam errados.

**CONTINUA**

16 SET 2017

17 SET 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Quanto ao CPF, o cadastro foi alterado na Receita Federal – incluíram-lhe um endereço de Londrina, cidade onde ela nunca esteve, e enviaram uma declaração de renda. “Somente fiquei sabendo disso tudo agora, com o processo.” Durante o interrogatório, o juiz comentou: “Enfim, a senhora entrou num processo kafkiano”, em referência ao livro “O Processo”, de Franz Kafka, que conta a história de Josef K., acusado em um incompreensível processo e que nem sabe que crime cometeu.

Paralelamente ao processo da Publicano 4, o Ministério Público de Nova Petrópolis, a pedido do Gaeco de Londrina, coletou informações sobre a situação da cozinheira.

Esteve nesta audiência – do interrogatório – Jair Ancioto, que segundo o relato do juiz, fez “alguns esclarecimentos sobre a situação”. No Projudi, ele está habilitado como advogado da cozinheira.

Para o promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, o uso do documento da moradora do Rio Grande do Sul e os fatos narrados na nova etapa da Publicano revelam que os envolvidos “tinham tanta certeza da impunidade que nem se importaram em usar um documento alheio”.

16 SET 2017

17 SET 2017

## FOLHA DE LONDRINA MAZZA

### **Delação**

Delações, não apenas da Publicano e Quadro Negro, vão perturbar a marcha da política do Paraná. Há a da Odebrecht coma referência à entrega de grana num supermercado ao irmão mais velho do governador que nega tal versão. A homologação da delação do proprietário da Valor pelo ministro Luiz Fux, do STF, vai ser um festival para opositoristas como também aquela outra, investigada pelo STJ, na qual o fiscal delator Luiz Antonio de Sousa afirma que o dinheiro achacado de empresários teria irrigado a campanha da reeleição de Richa. Estamos num tempo em que essas coisas não se discutem às escondidas, mas clara e abertamente. Depois da Lava Jato, nossas rotinas mudarão.

### **CLAUDIO HUMBERTO**

#### **Governistas esperam que Dodge reavalie denúncia**

A expectativa dos políticos aliados do governo, no Congresso, é que a nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que toma posse nesta segunda (18), determine a reavaliação ou revisão da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pelo atual ocupante do cargo. A alegação é que seria necessário retirar da denúncia os supostos excessos do texto assinado por Rodrigo Janot.

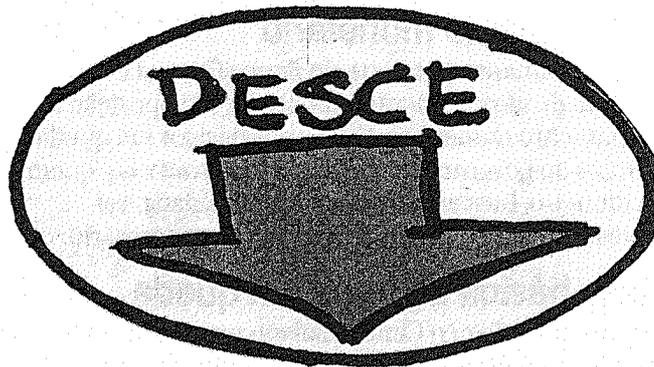
#### **Sem precedentes**

Nos meios jurídicos não há quem aposte em revisão da denúncia. "Não creio que existam precedentes", diz um ministro aposentado do STJ.

18 SET 2017

## FOLHA DE LONDRINA

PODER SEM PUDOR



### **É duro voltar a 'seu Maurício'**

Advogados que militavam no Supremo Tribunal Federal reclamavam que o ministro aposentado do STF Maurício Correa pedia audiências a ministros para tratar de assuntos de sua banca de advocacia, mas se apresentaria como "ministro". O embaixador Jorge Taunay (pai) cunhou uma frase lapidar para definir autoridades que subitamente se veem de volta à vida comum da planície:

- O duro, quando a gente se aposenta, é passar de "your excellency" para "seu Jorge"...

18 SET 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Espancar filha com fio elétrico é “medida corretiva”, diz juiz

*A surra, de fio, deixou oito lesões nas costas da menina, com até 22 cm de comprimento. Ela também teve os cabelos cortados pelo pai*

**U**sar um fio elétrico para espancar a filha de 13 anos porque ela perdeu a virgindade com o namorado é “apenas mero exercício do direito de correção”. Assim entendeu o juiz Leandro Jorge Bittencourt Cano, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Guarulhos (SP), para absolver o pai da menina. O Ministério Público vai recorrer da decisão, que considerou absurda.

“O agente aplicou moderadamente uma correção física contra a sua filha, gerando uma lesão de natureza leve. O fato foi isolado e, segundo a vítima e a testemunha, a intenção do réu era de corrigi-la”, escreveu o magistrado.

Para ele, o réu não pode ser condenado por lesão corporal porque não ficou comprovado o dolo na conduta. “Na verdade, a real intenção do pai era apenas corrigir a filha.”

De acordo com a denúncia do Ministério Público de São Paulo, o homem espancou a menina depois de descobrir que ela estava num relacionamento sério com um rapaz e que havia perdido a virgindade com ele. A surra, de fio, deixou oito lesões nas costas da menina, com até 22 cm de comprimento. Ela também teve os cabelos cortados pelo pai.

18 SET 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Tribunal regula cessão de servidor para outros órgãos, no Ceará

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou a Resolução nº 21/2017, que disciplina a cessão de servidores do Judiciário para órgãos externos. A norma foi aprovada nesta quinta-feira (14/09), durante sessão conduzida pelo vice-presidente da Corte, desembargador Washington Luis Bezerra Araújo, no exercício da Presidência.

Segundo o documento,

a cessão de servidor será concedida pelo prazo determinado de dois anos, podendo ser prorrogado, dependendo do interesse dos órgãos cessionário e cedente. A autorização será publicada no Diário da Justiça, sob pena de responsabilidade por abandono de cargo. Além disso, a medida poderá ser revogada a qualquer tempo por solicitação das instituições envolvidas.

### Negada anulação de julgamento de apelação de ex-policia! do RJ condenado por tráfico de drogas

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou provimento ao Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 137994, por meio do qual a defesa do ex-policia! militar do Rio de Janeiro (RJ) Flávio Mello dos Santos buscava anular a sessão de julgamento da apelação que manteve sua

condenação a 19 anos e 6 meses de reclusão pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, e a 6 meses de detenção, pelo delito de favorecimento pessoal.

O ex-policia! foi condenado pelo juízo da 28ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

### Decretada prisão de ex-prefeito de Medianeira

A 1ª Vara Criminal, Família e sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Medianeira, através da juíza Maristela Aparecida Siqueira D'Aviz, expediu um mandado de prisão ao ex-prefeito de Medianeira, Luiz Yoshio Suzuke. Além dele, os antigos secretário Vilson Bolivar Toson e tesoureiro Aurelio Triches também tiveram mandados de prisão decretados.

A pena é de cinco anos em regime semiaberto para Suzuke e Aurelio, e para Vilson é de quatro anos e seis meses. O mandado é referente ao processo do ano de 2009, que teve uma apelação em 2014, que acusa os envolvidos a ordenarem e efetuarem despesas em desacordo as normas financeiras, e realizarem vultuosos saques das contas bancárias da Prefeitura, totalizando um valor de R\$ 1.732.601,01, sem qualquer justificativa. (com informações da redação Guia Medianeira).

18 SET 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **CNJ - Há déficit de 19,8% de juizes no Brasil**

Os 34 juizes que tomaram posse no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), no ano passado, fizeram parte do esforço do Judiciário para elevar o número de magistrados a fim de ajudar na solução dos 79,7 milhões processos pendentes na justiça do País. As ações judiciais tiveram crescimento de 31% entre 2009 e 2016.

De acordo com o anuário estatístico produzido pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) "Justiça em Números 2017", os quadros da magistratura receberam 635 novos juizes em 2016, mas ainda insuficiente para atender as necessidades do judiciário brasileiro. O crescimento foi de 3,65% em relação ao ano anterior. Ao todo, o Poder Judiciário terminou 2016 com 18.011 juizes de direito, desembargadores e ministros. Em 2009, esse número era de 15.946.

### **CNJ - Mutirão para executar dívidas trabalhistas começa hoje**

"Todo processo precisa de um ponto final." Com esse slogan, a Justiça do Trabalho espera dar fim a milhares de processos trabalhistas durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista que ocorre de 18 a 22 de setembro em todo o país. Durante cinco dias Varas do Trabalho e Tribunais Regionais intensificam o rastreamento e bloqueio de bens, realizam leilões e buscam outras ações para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas nos processos em fase de

execução, ou seja, quando já saiu a condenação, mas a empresa não cumpriu a decisão judicial.

Organizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) anualmente, a Semana Nacional da Execução Trabalhista já está na sétima edição. No ano passado, foram arrecadados quase R\$ 800 milhões para o pagamento de dívidas trabalhistas. O montante representou o fim do processo, com a efetiva liquidação de direitos para mais de 30 mil pessoas.

18 SET 2017

## METRO

# Ex-diretor da Sude é preso na Quadro Negro

O ex-superintendente da Sude (Superintendência de Desenvolvimento Educacional), Maurício Fanini, foi preso no sábado em Curitiba, na 3ª fase da Operação Quadro Negro. Segundo o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) ele é suspeito de lavagem de dinheiro e a sua esposa é investigada pelo mesmo crime.

A prisão é preventiva, sem prazo determinado, e foi expedida pela 9ª Vara Criminal de Curitiba. Fanini já havia sido preso em julho de 2015, na primeira fase da Operação Quadro Negro.

Ele foi apontado pelo delator Eduardo Lopes de Souza como receptor de parte do dinheiro desviado em sete obras de escolas pelo Paraná.



Obra de escola abandonada em Campina Grande do Sul | WAGNER ARADI

Lopes era o dono da Construtora Valor, que ganhava as licitações a preços baixos e depois negociava aditivos para conseguir desviar recursos.

A delação do empreiteiro foi homologada na última semana pelo ministro Luis Fux, do Supremo Tribunal Federal. O processo está no STF por envolver políticos com foro privilegiado.

### Proximidade

Segundo aponta o Ministério Público, Fanini era amigo de Beto Richa (PSDB) e chegou a viajar com o governador e a família para o Caribe. As fotos foram anexadas ao processo.

Richa diz que participaram mais de 20 pessoas da viagem e que o próprio governo desvendou o esquema.

● METRO CURITIBA

METRO 18 SET 2017

# PGR quer políticos sem foro com Moro, mas STF decide

**Lava Jato.** Ao denunciar “quadrilhões” de PT e PMDB, PGR pediu que citados “secundários sejam julgados no Paraná. Defesas devem se opor

Nas últimas duas semanas como Procurador-Geral da República, em mandato que termina hoje (veja mais na pg 06), Rodrigo Janot denunciou 22 membros das cúpulas de PT e PMDB que, segundo a PGR, comandaram a organização criminosa que geriu o país nos governos Lula, Dilma e Temer. Foram as chamadas denúncias dos “quadrilhões”, que incluem o atual presidente e os dois ex-mandatários petistas.

Ao lado deles, porém, foram citados vários empresários graúdos e políticos hoje sem foro privilegiado e que podem, por conexão com a Lava Jato, ser julgados pelo juiz Sérgio Moro.

É o caso, por exemplo, dos executivos da JBS Joesley Batista e Ricardo Saud, implicados em crimes ligados ao

“quadrilhão” do PMDB da Câmara (denúncia que inclui Temer) e alguns nomes próximos ao “quadrilhão do PT” que não foram denunciados ao lado de Lula e Dilma, como o ex-ministro Ricardo Berzoini.

Os alvos de Janot são acusados apenas pelo crime de organização criminosa, mas as denúncias citam vários crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, por exemplo, que permeiam cada processo.

Alguns destes episódios podem cair nas mãos de Moro. Há narrativas de crimes na Petrobras e na Transpetro, nos ministérios de Minas e Energia, Planejamento, Integração Nacional e Agricultura, em Furnas e na Caixa Econômica, entre outros.

Boa parte destes crimes já foi julgada pelo próprio Moro

ou é tratada em algum outro tribunal, especialmente em Brasília, mas alguns esquecidos recentes, especialmente que envolvem Joesley Batista e o novo delator Lúcio Funaro, podem passar ao Paraná.

A decisão de deixar estes casos com Moro cabe ao relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Edson Fachin.

A tendência, no entanto, é que as defesas dos investigados peçam a retirada dos casos do Paraná. Quando a delação da Odebrecht foi homologada, em maio deste ano, Fachin deixou 38 inquéritos nas mãos de Moro, mas os advogados pediram – e Fachin concedeu – a transferência de 9 destes casos para outros tribunais, por não terem ligação direta com a Lava Jato original. © METRO CURITIBA

16 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## A SEGUNDA DENÚNCIA

Maioria do Supremo deve dar aval ao ministro Edson Fachin, relator do caso, para remeter a acusação formal contra o presidente

Michel Temer à Câmara dos Deputados

# STF deve rejeitar pedido para 'sustar' nova acusação

Rafael Moraes Moura

Beatriz Bulla

Breno Pires / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) não deve atender, em julgamento marcado para a próxima quarta-feira, ao pedido do Palácio do Planalto para suspender a nova denúncia contra o presidente Michel Temer por organização criminosa e obstrução de Justiça. Segundo o Estado apurou, a tendência do STF é dar aval ao ministro Edson Fachin, relator do caso, para remeter a acusação formal contra Temer à Câmara.

Fachin decidiu na quinta-feira passada, "em homenagem à colegialidade e à segurança jurídica", aguardar o julgamento da Corte, mas ressaltou que, mesmo nesse caso, "seria cabível imediato encaminhamento da denúncia ora oferecida à Câmara dos Deputados".

Pelo menos cinco ministros indicam que tendem a acompanhar o relator no argumento de que o Supremo não deve suspender a tramitação da nova denúncia contra Temer.

Na Corte há o receio de algum pedido de vista interromper o julgamento da próxima semana - o ministro Alexandre de Moraes teria sinalizado essa intenção na quarta-feira passada.

O pedido do presidente para suspender o caso é visto com receio por procuradores do Ministério Público Federal e criticado por integrantes da Corte,

como o ministro Marco Aurélio Mello. "Apresentada a denúncia, cumpre ao relator encaminhá-la à Câmara. Os tempos são estranhos, mas eu não consigo perceber o agasalho jurídico-constitucional dessa posição, manietando (*imobilizando, obstruindo*) quem não pode ser manietado, porque atua em defesa da sociedade", disse.

A segunda acusação formal foi apresentada após o Supremo rejeitar o afastamento do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, das investigações contra Temer no caso J&F. Após a decisão, Janot, que deixa o cargo neste fim de semana, apresentou anteontem a nova nova denúncia contra Temer - a primeira, por corrupção passiva, foi barrada pela Câmara.

Segundo o procurador-geral, no que diz respeito ao crime de organização criminosa, Temer "dava a necessária estabilidade e segurança ao aparato criminoso, figurando ao mesmo tempo como cúpula e alicerce da organização". Janot também denunciou os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) por organização criminosa, mas o Planalto já avisou que não vai afastá-los porque a acusação da PGR tem como base "delações fraudadas". Em fevereiro, Temer havia dito que afastaria ministros denunciados na Lava Jato.

O procurador também informou anteontem que rescindiu o acordo de colaboração premiada de Joesley Batista e Ricardo Saud, respectivamente dono

e ex-executivo do Grupo J&F. A rescisão do acordo em virtude de omissão de fatos ainda precisa ser homologada por Fachin. A defesa de Temer quer que o Supremo não envie a denúncia à Câmara até que sejam esclarecidos os indícios de irregularidade envolvendo as delações.

**Jurisprudência.** Para integrantes da Corte, nessa primeira etapa, o STF apenas deve encaminhar a peça para a Câmara e só se pronunciar posteriormente, caso os deputados autorizem o seu processamento. Dessa forma, não caberia neste momento a discussão da validade de provas antes mesmo da análise do caso pela Câmara.

Em conversa com colegas, um ministro mencionou que quando Fachin recebeu a primeira denúncia contra Temer, em junho, apenas "chutou para frente", encaminhando o caso para a Câmara sem analisar o mérito.

Fachin fez uma ampla pesquisa na jurisprudência do STF para embasar o seu voto, já distribuído aos integrantes da Corte. Há precedente em habeas corpus de 2015, de relatoria de Dias Toffoli, que indica que a delação não pode ser impugnada por delatados. Por esse entendimento, não caberia manifestação da defesa de Temer sobre o acordo de colaboração firmado com a J&F.

No mesmo habeas corpus de Toffoli, usado em decisões pelo antigo relator da Operação Lava Jato, Teori Zavascki, há indicação de que a "desconstituição" do acordo tem eficácia restrita às partes e não beneficia ou prejudica terceiros.

**CONTINUA**

16 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### RITO

● A 2ª denúncia contra Temer foi apresentada anteontem pela Procuradoria-Geral da República; a 1ª acusação, por corrupção passiva, teve o prosseguimento suspenso na Câmara em agosto

### Passo a passo da denúncia



#### 1 Acusação formal

Rodrigo Janot protocolou a nova denúncia no STF. Agora, caberá ao ministro Edson Fachin notificar Temer. Após a notificação, o ministro enviará a acusação à Câmara, que tem de dar aval ao prosseguimento do processo



#### 2 Suspensão

Fachin não vai enviar a denúncia imediatamente à Câmara. Antes, vai aguardar a análise no plenário do STF de uma questão de ordem que discute a suspensão da acusação



Temer foi denunciado por

OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA  
PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

FOTO: DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-7/6/2017

### O que prevê o regimento da Câmara



1 Após envio da denúncia à Câmara, a **Comissão de Constituição e Justiça** tem até dez sessões para debater



2 Um **relator** é escolhido automaticamente para estudar o caso



3 Os advogados do presidente têm até 10 dias para **apresentar manifestação**



4 Relator na comissão tem cinco sessões para **apresentar o voto**



5 Após a CCJ, o pedido de autorização é **votado em plenário**

### A votação no plenário

513 é o total de deputados

172

Temer precisa de 1/3 + 1 voto

2/3 ou 3/4

Número de votos necessários para a Câmara dar aval ao STF

#### Autorização

Caso os deputados deem autorização, o STF julga a denúncia. Se a acusação for aceita, o **presidente é afastado do cargo por 180 dias**

#### Arquivamento

Rejeitada a denúncia pelo STF, o processo é arquivado

### ● Processo

O Supremo Tribunal Federal só julga o recebimento da denúncia contra o presidente Michel Temer e abre ação penal se a Câmara autorizar o seu prosseguimento.

Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal

# 'Acredito que o Supremo não vai cair nessa estratégia'

## STF não deve frear denúncia contra Temer, diz Luiz Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, disse ao **Estado** que não é papel da Corte impedir o andamento da nova denúncia contra o presidente Michel Temer. Para ele, a análise da denúncia cabe ao parlamento e o Supremo é uma "via de passagem".

Para o ministro Luiz Fux, não é papel da Corte impedir o andamento de uma denúncia contra o presidente da República

**Breno Pires**

**Beatriz Bulla** | BRASÍLIA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse em entrevista ao **Estado** que não é papel da Corte impedir o andamento da nova denúncia apresentada contra o presidente Michel Temer. Para ele, a análise cabe à Câmara e o Supremo é uma "via de passagem". Por isso, Fux acredita que o STF não deve "cair na estratégia" da defesa do presidente de frear o andamento da acusação. A questão deverá ser debatida no plenário na quarta-feira. A seguir trechos da entrevista, em que Fux defende a validade das provas da J&F.

● O STF vai definir se a denúncia contra Temer deve ficar suspensa antes de serem esclarecidos problemas nas delações da J&F. Qual o papel do STF nesse caso? Quem pode ou não determinar o recebimento da denúncia é a Câmara. É prematuro pedir ao STF para suspender a tramitação de um encaminhamento de denúncia à Câmara porque seria quase uma invasão da esfera da separação de Poderes.

● O MPF receia que uma decisão no sentido contrário possa restringir a atividade da instituição. O MPF, para ter acesso à Justiça, tem de ter liberdade de denunciar. Uma vez oferecida a denúncia, num caso normal, o Supremo pode entender que é muito frágil, não há justa causa, e tranca a ação penal no nascedouro. Mas, nesses casos (*contra presidente*) em que o STF é apenas via de passagem para a remessa dos autos à Câmara, entendo que não se possa obstar a tramitação da eventual denúncia oferecida pelo MPF.

● Se o STF é só via de passagem, como fica o pedido da defesa para suspender o andamento? Acredito que o Supremo não vai cair nessa estratégia. O Supremo vai colocar limites, saber até onde vai a sua função e onde começa a da Câmara. A Corte está se unindo na decisão dessas questões mais complexas, está se unindo para dar uma imagem de homogeneidade, porque é o ideal.

● Há o debate sobre se a legalidade ou não das delações poderia levar à anulação das provas...

É preciso uma comprovação muito farta de que essa prova efetivamente foi obtida por meio ilícito (*para anular as provas*). O que se verificou? Que ela foi voluntária, dentro da legalidade e preencheu todos os requisitos legais. Quando a lei estabelece que o juiz vai verificar a eficácia da delação, ela fica para o final para ver se coincide com as provas, se a prova foi bem-feita e o delator cumpriu a sua parte. A delação é um meio de obtenção de prova, não pode ser obtida por meio ilícito. No caso específico verificamos que parece que ele (*Joesley*) omitiu provas e, com isso, infringiu uma cláusula ou mais. Mas, se obteve a prova e a realidade corresponde àquilo que foi delatado, aproveita-se. O importante é que as provas sejam mantidas.

● Há ministros do Supremo que criticaram o MPF e Janot...

Em princípio, não houve nenhuma falha do MP. O que houve foi uma atitude indesejável do delator. O procurador Rodrigo Janot foi incansável no cumprimento das suas funções institucionais agindo com probidade e competência.

**CONTINUA**

16 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

● **A mudança na PGR neste momento acalma os ânimos?**

O perfil que conheço da procuradora Raquel Dodge é bem institucional, no campo criminal ou civil. Ela tem um perfil de MP bem expressivo. Ela é equilibrada, discreta, enérgica.

● **O futuro da Lava Jato muda?**

A própria força-tarefa da Lava Jato sabe o termo final. E ele se avizinha. A Lava Jato deixou um caldo de cultura, que os integrantes dos MPs locais vão procurar agir de acordo com a própria metodologia adotada.

● **No STF a Lava Jato mal começou a ser julgada...**

Tem um aspecto injusto com o STF. As varas encarregadas de organização criminosa têm competência única e o STF, múltipla. O mensalão mostrou que, levando seis meses para apurar esse conjunto de delitos, inviabilizamos a pauta das repercussões gerais. Já demos um passo bom transferindo (*o julgamento de questões penais*) para as turmas. O segundo passo importante foi a fixação da tese do desmembramento de quem não tem prerrogativa de foro. Com esse andar da carreira, acho que vamos conseguir evitar as prescrições.

● **Para políticos, o MP quer criminalizar a política. Qual sua visão?**

Não existe judicialização da política. O Judiciário só age quando é provocado. Quem judicializa a política são os políticos. Tudo, eles veem como solução levar para o Supremo.

● **E quem criminaliza a política?**

São os próprios políticos. Cabe ao MP apenas veicular a prática de delitos por políticos.

● **Qual sua avaliação sobre a proposta de reforma política?**

Não era hora de reforma política, mas de a política se ajustar aos novos princípios éticos e morais que a sociedade exige. Mas, já que se vai fazer, algumas coisas podem ser consertadas. Não acho correto que o contribuinte seja onerado com campanha política. É um absurdo, principalmente neste momento de crise. A melhor fórmula é a doação ideológica sem contrapartida e com limite.

● **Seria permitir novamente doação empresarial, com regras?**

Uma das regras fundamentais tem que ser a ausência de contrapartida. Não pode contratar com o Poder Público e tem de ter limite.

● **O Congresso fala em criar CPI dos supersalários de juizes...**

Supersalários são inaceitáveis, devem ser transparentes. Agora, essa discussão toda, neste momento, é desnecessária, porque o CNJ pode agir internamente e resolver esse problema em uma semana. Essa discussão tem finalidade de enfraquecimento da imagem do Judiciário.

16 SET 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### Temer pede a Fachin que devolva denúncia à PGR

O presidente Michel Temer quer inviabilizar a segunda denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que a ele atribui organização criminosa e obstrução da Justiça, antes mesmo dela ser analisada no Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira.

Em petição protocolada no fim da tarde de ontem, os advogados do peemedebista pedem ao ministro Edson Fachin a devolução imediata da acusação ao gabinete de Janot. Eles alegam que o procurador incluiu "fatos delituosos" anteriores ao mandato do presidente.

"O chefe da Nação não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções", afirma a peça encabeçada pelo criminalista Antônio Claudio Mariz.

Se o pedido for aceito, caberá à sucessora de Janot, Raquel Dodge, a adequação da denúncia. O movimento da defesa de Temer pode inviabilizar a acusação contra o presidente, já que a maior parte da denúncia contra o presidente e políticos ligados ao PMDB da Câmara se refere a crimes ocorridos nos últimos dez anos delatados por mais de 20 colaboradores.

A defesa do presidente quer que Fachin mande de volta a denúncia de 245 páginas à Procuradoria antes do julgamento da questão de ordem – marcado para próxima quarta-feira, onde pleiteia que não seja autorizado encaminhamento à Câmara de nova acusação baseada nas delações de executivos da J&F dada a existência de investigação sobre violação ao acordo de colaboração. Na última quarta-feira, o Supremo rejeitou por 9 votos a o o pedido de suspeição de Janot. /JULIA AFFONSO, RAFAEL MORAES MOURA, BRENO PIRES, BEATRIZ BULLA e LUIZ VASSALLO

### SÔNIA RACY

#### Em paz

O encontro de Raquel Dodge com o ministro Edson Fachin, ontem, foi breve e cordial. Foi pedido pela futura PGR para que ela pudesse entregar o convite de sua posse, na segunda-feira.



» SINAIS PARTICULARES. Michel Temer e Rodrigo Janot, presidente e procurador-geral da República

### Cunha é transferido para depor em Brasília

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) desembarcou ontem no hangar da Polícia Federal no Aeroporto de Brasília, transferido de Curitiba, onde está preso. O ex-presidente da Câmara e o operador Lúcio Funaro, seu antigo aliado e delator responsável por acusá-lo de participar do "quadrilhão" do PMDB da Casa, vão depor na próxima semana. Cunha estava no mesmo voo que levou o empresário Joesley Batista para São Paulo.

16 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

# Decisões judiciais põem em risco receita de R\$ 5 bi esperada pela União

Adriana Fernandes  
BRASÍLIA

A liberação de cerca de R\$ 10 bilhões do Orçamento que estão bloqueados, considerada como essencial para dar um “respiro financeiro” aos ministérios, pode ficar bem abaixo do esperado. Essa liberação está na dependência do repasse de precatórios (ordens de pagamento da União em ações que foram julgadas, mas sem movimentação há mais de dois anos) que estão depositados na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. Mas, segundo apurou o ‘Estadão/Broadcast’, dos R\$ 10,2 bilhões que o governo pretendia usar, cerca de R\$ 5 bilhões ainda estão pendentes.

No último relatório bimestral de Avaliação de Receita e Despesas do Orçamento, enviado em julho ao Congresso, o governo contava com esses R\$ 10,2 bilhões de devolução de precatórios – R\$ 5,3 bilhões do Banco do Brasil e R\$ 4,9 bilhões da Caixa. O problema, segundo fontes da área econômica, é que nem todo o repasse está assegurado, pois há várias decisões judiciais bloqueando os recursos. Ou seja, a Justiça não autorizou o saque dos recursos.

A alegação é que, apesar de estarem há mais de dois anos sem movimentação, quem venceu ações judiciais contra a União podem solicitar os recursos a qualquer momento.

O corte de despesas do Orçamento desde o início do ano, principalmente por causa da frustração de receitas, com a queda da arrecadação, já chega a R\$ 45 bilhões. Por conta dessa falta de recursos, muitos ministérios já estão com a gestão praticamente paralisada. Daí a importância do desbloqueio.

Além disso, aliados do presidente Michel Temer cobram esse alívio nas contas dos ministérios onde têm influência política. Apoio que se tornou ainda mais essencial depois da segunda denúncia contra Temer, apresentada pela Procuradoria-Geral da Presidência (PGR), que será votada pela Câmara.

**Receitas e despesas.** Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyoego Oliveira, fizeram ontem uma primeira reunião para discutir o desbloqueio, já com a previsão de receitas em mãos. Oliveira já antecipou ao longo da semana que vai liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. Ele continua confiante que será possível descontingenciar esse montante.

Se não der tempo de desbloquear os recursos até o próximo dia 22, quando será enviado o quarto relatório de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas do Orçamento de 2017, a previsão de R\$ 10,2 bilhões de receitas de precatórios terá que cair. Com isso a liberação do corte será menor.

Os bancos só podem liberar o que a Justiça autorizou. O Banco do Brasil informou que atendeu ao determinado na legislação e cancelou os precatórios por ela abrangidos, com devolução dos recursos à conta única da União. Procurada, a Caixa não se manifestou.

17 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## O STF escaldado



Sempre que se falava da possibilidade de uma segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, Rodrigo Janot dava a entender que trabalhava intensamente sobre as investigações relativas ao presidente da República e, caso apresentasse uma nova acusação, ela seria muito robusta, numa espécie de coroamento do final de seu mandato como procurador-geral da República. Seria seu *grand finale*. Mas a peça acusatória apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira passada não acrescenta qualquer tipo de mérito ao currículo de seu autor. Tamanha é sua fragilidade que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato na Suprema Corte, preferiu fazer um malabarismo interpretativo para não ter de enviar, monocraticamente, a peça à Câmara dos Deputados. Em decisão proferida no mesmo dia em que a denúncia foi protocolada, Edson Fachin condicionou o encaminhamento da acusação para a Câmara a uma deliberação do plenário do STF, prevista para ser adotada na próxima quarta-feira.

A princípio, o relator deveria enviar, por simples ato de ofício, a denúncia ao presidente da Câmara dos Deputados, tendo em vista que a Constituição de 1988, no art. 51, define que “compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente”.

Na decisão do dia 14, o ministro Edson Fachin reconhece tal realidade: “No entender deste relator, após o oferecimento da denúncia, nenhum outro ato de processamento é cabível em face do Presidente da República sem que se obtenha previamente referida autorização por parte do Poder Legislativo”. Mais adiante, o relator volta a frisar esse ponto: “Diante da ausência de efeito suspensivo da questão de ordem, a prática de ato de impulso processual subsequente ao oferecimento da denúncia, sem embargo da relevante questão jurídica,

não dependeria, em tese, de solução por parte do Pleno”.

Nesse trecho, o ministro Edson Fachin faz referência à questão de ordem previamente apresentada pelo presidente Michel Temer, com o objetivo de sustar o encaminhamento de eventual denúncia à Câmara dos Deputados tendo em vista a possibilidade de revisão ou de rescisão do acordo de delação premiada com integrantes da JBS. Em tese, diz o ministro, seria possível enviar desde já a denúncia à Câmara, mas preferiu não fazê-lo.

A prudência de aguardar o julgamento da questão de ordem e de remeter ao plenário do STF a decisão sobre o encaminhamento da denúncia – quando tudo podia ser feito por mero ato de ofício, monocraticamente – diz muito sobre as muitas dúvidas que pairam sobre a peça acusatória. A segunda denúncia é tão insustentável que suas mais de 200 páginas não trouxeram qualquer novidade probatória nem sequer produziram abalo de monta no ambiente político, o que seria mais que natural diante de uma acusação formal contra o presidente da República.

“Em homenagem à colegialidade e à segurança jurídica, emerge razoável e recomendável aguardar o julgamento da citada questão de ordem, previsto para o dia 20 de setembro próximo, conforme sessão de 13.9.2017”, diz Edson Fachin na decisão. Por trás dessas palavras se vislumbra um STF escaldado pelas ações de Rodrigo Janot. Talvez os eventos das duas últimas semanas possam ter contribuído para a Suprema Corte dar-se conta do risco que é pôr a mão no fogo pelo procurador-geral da República. Após os veementes votos dos ministros, proferidos em fins de junho, a respeito da competência do Ministério Público para firmar acordos de delação premiada – discutia-se a validade dos termos do acordo com Joesley Batista –, não deve ter sido fácil aos integrantes do STF tomar conhecimento da confusão e das possíveis ilegalidades envolvendo as tratativas dessa delação com a Procuradoria-Geral da República.

Agora, o procurador-geral da República deixa o cargo, mas antes de ir cria um novo imbróglio, que exige do STF medidas excepcionais de prudência. Diante da miríade de absurdos a que o País tem sido obrigado a assistir, é ao menos animador saber do esforço que integrantes da mais alta Corte do Judiciário fazem para conter os danos de atuação tão desastrosa.

17 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## 2ª instância da

### Lava Jato é mais alinhada ao MPF

Desembargadores tendem a concordar mais com procuradores do que com Moro, diz estudo

*Luiz Maktouf Carvalho*

Um colegiado relativamente coeso, alinhado mais com o Ministério Público Federal (MPF) do que com o juiz federal Sérgio Moro. É esse o retrato da 8.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), a segunda instância nos julgamentos da Operação Lava Jato, segundo um curioso estudo do economista Pedro Fernando Nery, consultor legislativo do Senado Federal.

Nery selecionou uma amostra de 95 votações da 8.ª Turma, todas deste ano, e aplicou, comparando-as, um modelo espacial de votação, conhecido como W-Nominate, muito usado pela ciência política americana para analisar o histórico de votações no Legislativo. “Essa ferramenta permite traçar um mapa da tendência dos votantes, permitindo a visualização, em um único gráfico, da divisão dos parlamentares no espectro esquerda-direita”, explicou Nery.

O primeiro caso em que aplicou o método ao Poder Judiciário foi o julgamento da Ação Penal 470, o chamado mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “Foi possível visualizar, por exemplo, o tradicional isolamento do ministro Marco Aurélio, que frequentemente é voto vencido”, disse o consultor do Senado.

Grosso modo, a comparação das votações resulta em representação gráfica de dois eixos – um horizontal, outro vertical. A posição de cada votante recebe

pontos – o que vai determinar a proximidade ou o distanciamento entre as possíveis posições. No caso da 8.ª Turma, o gráfico mostra, no eixo horizontal, o Ministério Público Federal e os recorrentes de suas decisões em polos extremos opostos. O eixo vertical demonstra a distância dos três desembargadores, e também do juiz Sérgio Moro, em relação ao MPF e aos recorrentes. O estudo de Nery mostrou que “há uma razoável distância entre MPF e Moro, com a maioria dos desembargadores se aproximando mais do MPF do que do juiz da primeira instância”.

O cruzamento das 95 decisões captou, também, que o desembargador João Pedro Gebran Neto – que teve suspeição arguida pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não acatada – aparece como o mais distante do juiz Sérgio Moro.

Nery chama a atenção para a posição de votante mediano em que aparece o desembargador Victor Luiz dos Santos Laus. “Na literatura, há grande interesse pelo votante mediano, já que é ele que compõe a maioria com maior frequência, é vencedor na maior parte das vezes e, seria, portanto, o votante ‘decisivo’”, disse Nery no inédito artigo *A república de Porto Alegre: mapa das decisões de 8.ª Turma do TRF-4 na Lava Jato*.

**As conclusões.** Nery vai apresentar seu estudo, nesta próxima semana, em um congresso da Associação Brasileira de Direito e Economia. Suas principais conclusões sobre a 8.ª Turma do TRF-4 são: o colegiado é

relativamente coeso, sem alta dispersão entre os seus membros; o colegiado como um todo é mais próximo do MPF do que dos recorrentes; o colegiado como um todo é ainda mais próximo do MPF do que de Moro – o que, combinado com o item anterior – sugere uma segunda instância com decisões ainda mais duras do que a primeira; o desembargador mais próximo dos recorrentes é Victor Luis dos Santos Laus; o desembargador mais distante de Moro é João Pedro Gebran Neto, às vezes a favor da apelação do MPF, às vezes dos recorrentes; o desembargador mediano é Leandro Paulsen, que tende a ser o voto decisivo da turma.

Na síntese de Nery, que sublinha não conhecer detalhes dos processos, “a absolvição de recorrentes condenados em primeira instância, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parece improvável”.

#### PARA LEMBRAR

O ex-ministro José Dirceu, condenado pelo juiz federal Sérgio Moro na Lava Jato, pediu a revisão da pena de 20 anos e 10 meses imposta pelo magistrado. O relator do recurso do ex-ministro no TRF-4, João Pedro Gebran Neto, pediu para aumentar a pena do petista para 41 anos e 4 meses. O julgamento foi interrompido na quarta-feira após pedido de vista do desembargador, Victor Laus.

17 SET 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Supremo prevê relação menos tensa com nova procuradora

Beatriz Bulla

Breno Pires

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Depois de um desgaste na relação entre Rodrigo Janot, no fim do mandato como procurador-geral da República, e o Supremo Tribunal Federal (STF), a expectativa na Corte é de que sua substituta, Raquel Dodge, titular da PGR a partir de amanhã, foque no papel institucional do Ministério Público Federal, sem descuidar dos rumos da Operação Lava Jato.

A forma como Janot conduziu o episódio do áudio do empresário Joesley Batista, dono da J&F, e Ricardo Saud, ex-executivo da holding, causou desconforto no STF. Ministros e auxiliares avaliaram que, quando anunciou a descoberta da gravação que trazia indícios de omissão de fatos graves por delatores, Janot expôs negativamente o Tribunal por ter revelado, sem explicar o contexto, que havia citações a seus integrantes.

Se o perdão judicial concedido por Janot aos executivos da J&F já era alvo de questionamentos, após o episódio da gravação surgiram dúvidas sobre se a PGR se descuidou neste acordo de colaboração.

Ministros do Supremo ouvidos pelo **Estado** elogiam o perfil da sucessora de Janot e dizem acreditar que, pela experiência na área do direito penal, ela vai atuar de forma firme e rigorosa, sem comprometer os desdobramentos da Lava Jato.

Em sinal de deferência à Corte, Raquel fez questão de se encontrar com ministros antes de sua posse, apresentando a equipe e entregando pessoalmente convites para a solenidade, que terá a presença do presidente Michel Temer – alvo de duas denúncias de Janot, a mais recente apresentada na quinta-feira ao Supremo por organização criminosa e obstrução da Justiça.

Auxiliares da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, apostam em “um novo tempo”, com uma maior harmonização das relações com a PGR.

Único ministro do STF publicamente crítico a Janot, Gilmar Mendes não esconde a expectativa pela substituição do desfeito por Raquel. “Ela é uma pessoa qualificada, tem grande experiência institucional no Ministério Público e enfrenta um grande desafio pela frente: restaurar os laços de credibilidade da Procuradoria-Geral. Tenho a impressão de que ela restaura um quadro de normalidade, de confiança e de decência nos quadros da PGR”, disse.

O ministro – que se encontrou com Temer um dia antes de ele anunciar a escolha de Raquel, segunda mais votada na lista tríptica do MP – não participou do julgamento em que, por nove a zero, o STF rejeitou afastar Janot das investigações contra Temer no caso J&F.

Para o ministro Luiz Fux, Raquel cumpre bem as “funções institucionais”. “Ela encarna a figura do MP como ele deve ser, é bem equilibrada, discreta, enérgica”, disse.

Segundo o ministro Marco Aurélio Mello, a Lava Jato estará em “boas mãos”. “A doutora Raquel é uma pessoa aplicada, é uma pessoa que tem os olhos voltados para os interesses nacionais permanentes.”

18 SET 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

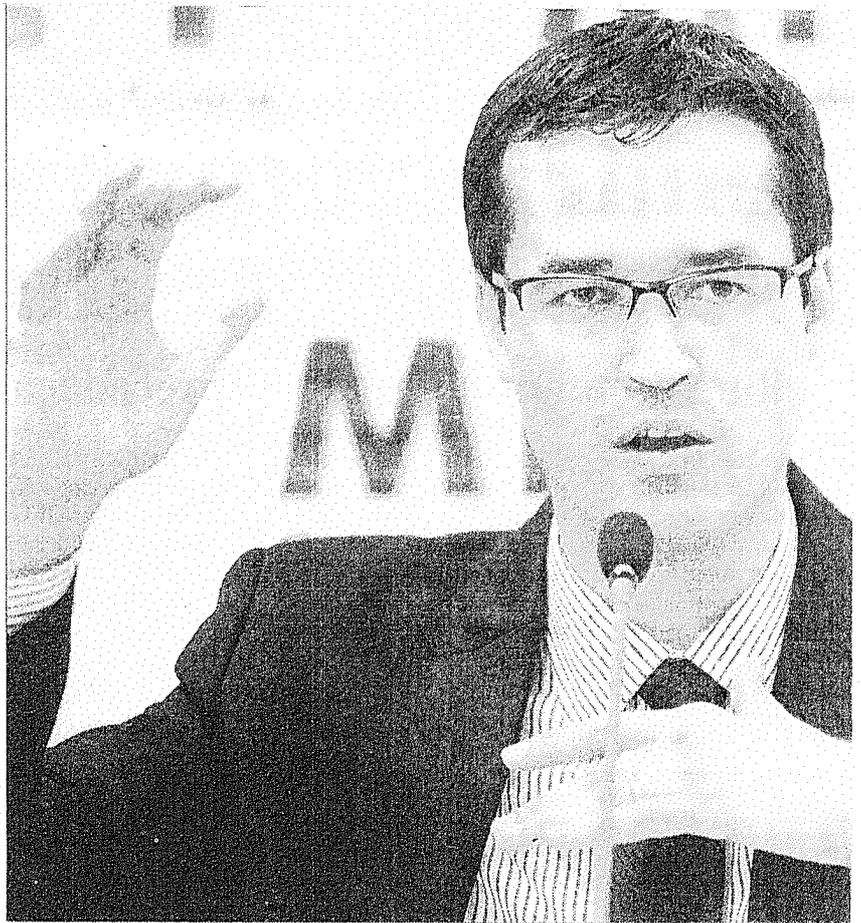
# Raquel Dodge troca procuradores da Lava Jato

Nomes não foram revelados, mas Dallagnol pode sair

**A** gestão da nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu mais um passo no sentido de trocar a composição do grupo de trabalho da Operação Lava Jato. A equipe de Raquel comunicou no sábado (16) a dois procuradores que eles não devem continuar na força-tarefa montada por Rodrigo Janot, cujo mandato à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR) terminou ontem. A posse de Raquel será hoje, às 8 horas.

A nova composição do grupo que vai auxiliar a procuradora-geral ainda não está fechada. Num primeiro momento, sete integrantes do grupo na gestão de Janot haviam manifestado a Raquel a intenção de sair. Depois, numa reunião entre equipes de transição, houve um recuo e alguns deles manifestaram a intenção de ficar, pelo menos durante a transição entre as duas equipes. Raquel e Janot são de grupos opostos na PGR.

O grupo da Lava-Jato será capitaneado por dois procuradores da República experientes em casos como os mensalões petista e mineiro e a Operação Zelotes: Alexandre Espinosa e José Alfredo de Paula. Por outro lado, procuradores como Deltan Dallagnol e Carlos Fernando Lima podem estar arrumando as gavetas para deixar a operação. ■



Deltan Dallagnol é o procurador que comandou as investigações da Lava Jato até agora, mas futuro é incerto

**O grupo da Lava-Jato será capitaneado por dois procuradores da República experientes em casos como os mensalões petista e mineiro e a Operação Zelotes: Alexandre Espinosa e José Alfredo de Paula. Por outro lado, procuradores como Deltan Dallagnol e Carlos Fernando Lima podem estar arrumando as gavetas para deixar a operação.**

# BEMPARANÁ

## Supersalários

A comissão especial que analisa o projeto que regulamenta o teto salarial nos três Poderes aprovou, o plano de trabalho do relator da matéria, deputado federal paranaense Rubens Bueno (PPS), que prevê uma série de audiências públicas para debater o tema com representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e de servidores públicos de diversas áreas da administração pública. Entre os convidados estão os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

## Abusos

De acordo com o relator, a ideia é agrupar as audiências em blocos com o objetivo de discutir separadamente a situação de cada um dos Poderes. "Após essa análise das peculiaridades de cada um dos Poderes vamos construir um texto que possa regulamentar de uma forma geral a aplicação do teto salarial no serviço público. O objetivo é cortar uma série de abusos que vem ocorrendo e garantir o cumprimento do que determina a Constituição", explicou Bueno, lembrando que o chamado "Projeto Extrateito" visa impedir que adicionais incorporados ao salário elevem a remuneração acima do valor que é pago a um ministro do STF.

## Brechas

"Queremos fechar as brechas para subterfúgios que hoje permitem o pagamento de supersalários. Há casos de servidores recebendo mais de R\$ 100 mil enquanto o salário de um ministro do STF, que serve de base para o teto, é de pouco mais de R\$ 33 mil. Vamos acabar com situações desse tipo", completou. O relator também vai requisitar aos poderes um relatório sobre o quantitativo de salários que hoje são pagos acima do teto com o detalhamento dos adicionais que permitiram a ultrapassagem desse limite. "Vamos estudar caso a caso para separar o que é legal do que é abusivo", adiantou.

18 SET 2017

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Troca de advogados

A saída do advogado criminalista René Dotti da defesa do ex-diretor da Secretaria de Educação Paraná, Maurício Fanini, preso na 3ª fase da Operação Quadro Negro, indica que Fanini negociará a delação premiada, dizem fontes que transitam entre a política e o Ministério Público. A grande esperança da oposição é que Fanini, para reduzir sua pena e perdas materiais, venha a delatar até mesmo o governador Beto Richa. O novo advogado de Fanini, Omar Elias Geba, não contribuiu para alimentar esta esperança. Ele já defendeu réus da Lava Jato e nenhum deles optou pela delação.

## Salários em debate

A comissão especial que analisa o projeto que regulamenta o teto salarial nos três Poderes aprovou, o plano de trabalho do relator da matéria, deputado federal paranaense Rubens Bueno (PPS), que prevê uma série de audiências públicas para debater o tema com representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e de servidores públicos de diversas áreas da administração pública. Entre os convidados estão os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.